



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE MINAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Camila Castro Silva



**O Mercado Central de Divinópolis como patrimônio cultural da Arquitetura Moderna:
uma proposta de requalificação**

Ouro Preto

2022

Camila Castro Silva

**O Mercado Central de Divinópolis como patrimônio cultural da Arquitetura Moderna:
uma proposta de requalificação**

Caderno do Trabalho de Final de Graduação I, primeira parte do trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Fernanda Alves de Brito Bueno.

Ouro Preto

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586o Silva, Camila Castro.

O Mercado Central de Divinópolis como patrimônio cultural da arquitetura moderna: [manuscrito]: uma proposta de requalificação. / Camila Castro Silva. - 2022.

98 f.: il.: color., tab., mapa. + Desenhos técnicos arquitetônicos.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Alves de Brito Bueno.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo .

1. Arquitetura moderna. 2. Patrimônio cultural. 3. Arquitetura - Conservação e restauração. I. Bueno, Fernanda Alves de Brito. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 72:711.4

Bibliotecário(a) Responsável: Soraya Fernanda Ferreira e Souza - SIAPE: 1.763.787



FOLHA DE APROVAÇÃO

Camila Castro Silva

**O Mercado Central de Divinópolis como patrimônio cultural da arquitetura moderna:
uma proposta de requalificação**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Arquiteta e Urbanista

Aprovada em 14 de junho de 2022

Membros da banca

Doutora Fernanda Alves de Brito Bueno - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutor Tito Flávio Rodrigues de Aguiar - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Mestre Rodrigo Otávio de Marco Meniconi - (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais)

Fernanda Alves de Brito Bueno, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 27/05/2024



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Alves de Brito Bueno, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/05/2024, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0715757** e o código CRC **F13BD39C**.

“O que a memória ama fica eterno”

Adélia Prado (2015)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, pelo apoio incondicional, força e incentivo, durante toda a graduação, em especial à minha mãe Gorett e à minha irmã Natasha. Sem vocês, como meus alicerces, eu não teria chegado até aqui. Juntas somos mais fortes e capazes de conquistar nossos maiores desejos.

À minha professora orientadora Fernanda, por me apoiar em meus momentos mais difíceis da graduação e nunca me deixar desistir. Obrigada por todos os ensinamentos e paciência ao me acompanhar em minha jornada acadêmica.

À professora Alice, por aceitar fazer parte desse trabalho em seus momentos finais.

Aos amigos que a UFOP me proporcionou, em especial às “jilozinhas” por fazerem parte dessa jornada de conhecimento pessoal e profissional por todos esses anos da graduação.

Às moradoras e ex-alunas da República Poucas e Boas, por dividirem não apenas uma casa, mas por me proporcionarem um lar e a formação de uma família do coração.

À Fundação Gorceix e à Universidade de Coimbra pelas oportunidades de crescimento profissional.

Agradeço por fim a todos que contribuíram de alguma forma, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho. Todos vocês são parte da minha história.

RESUMO

A cidade de Divinópolis, localizada no centro-oeste do estado de Minas Gerais, desempenha o papel de centralidade de mais de cinquenta cidades em seus cento e nove anos de história. Durante esse período, foi encarregada por abrigar a principal oficina de manutenção de ferrovias a vapor da Estrada de Ferro Oeste de Minas, responsável pelo desenvolvimento socioeconômico da cidade que, por sua vez, resultou no progresso urbanístico divinopolitano. É nesse cenário de desenvolvimento que se dá a construção do Mercado Central de Divinópolis, polo central para o abastecimento da população do município do período. Esse é o objeto de estudo deste presente trabalho, que busca explorar as relações históricas e sociais da edificação modernista, em um contexto de relativo descaso da comunidade. Apesar desse cenário, o mercado se estabelece como patrimônio cultural da cidade, uma vez que é referência tanto nos âmbitos históricos e arquitetônicos, quanto à sua importância nas festividades e simbolismo social. Entretanto, em suas décadas de existência, o Mercado Central sofreu descaracterizações que ignoraram o estilo empregado em sua construção em favor de “melhorias” para os usuários e enfrentou diversos problemas relacionados às patologias, às relações sociais e aos desafios econômicos. Dessa forma, para promover o incentivo ao patrimônio da cidade e potencializar o seu uso e ocupação, foi desenvolvida uma proposta de intervenção arquitetônica que visa requalificar a edificação como espaço comercial e de socialização. Como embasamento à intervenção, utilizou-se essencialmente como referencial teórico a teoria clássica do Restauro Crítico-Conservativo e as teorias contemporâneas do restauro arquitetônico.

Palavras-chave: Divinópolis, Mercado Central, Patrimônio, Restauro.

ABSTRACT

The city of Divinópolis, located in the midwest of the state of Minas Gerais, plays the role of centrality for more than fifty cities in its one hundred and nine years of history. During this period, it was responsible for housing the Estrada de Ferro Oeste de Minas's main steam railway maintenance workshop, responsible for the socio-economic development of the city which, in turn, resulted in the urban progress of Divinópolis. It is in this development scenario that the construction of the Divinópolis Central Market takes place, the central pole for supplying the population of the city at the time. This is the object of study of the present work, which seeks to explore the historical and social relationships of the modernist construction in a context of relative neglect of the community. However, the market establishes itself as a cultural heritage of the city, since it is a reference both in the historical and architectural scopes, as well as its importance in festivities and social symbolism. Despite this, in its decades of existence, the Central Market suffered changes that ignored the style used in its construction, in favor of "improvements" for users and faced several problems related to pathologies, social relations as well as economic challenges. Thus, in order to encourage the city's heritage and enhance its use and occupation, an architectural intervention proposal was developed that aims to requalify the building as a commercial and social space. As a basis for the intervention, the classical theory of Critical-Conservative Restoration and contemporary theories of architectural restoration were essentially used as a theoretical reference.

KEYWORDS: Divinópolis, Central Market, patrimony, restoration

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Indicação dos edifícios em reabilitação na cidade do Porto em 2017.....	26
Figura 2. Crescimento da população de Divinópolis em comparação com a microrregião, o Estado e o país.....	30
Figura 3. Graus de urbanização no Brasil (porcentagem).....	30
Figura 4. Vista da Rua Rio de Janeiro, década de 1950.....	32
Figura 5. Vista aérea da região central de Divinópolis, com destaque para o entorno do mercado.....	33
Figura 6: Fachada frontal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, início do século XX.....	34
Figura 7: Vista lateral da Igreja do Rosário.....	34
Figura 8: Registro sobre demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Documento sem autoria.....	36
Figura 9: Fachada frontal do Mercado Central, década de cinquenta.....	37
Figura 10: Manchete do jornal O Globo, 1959.....	37
Figura 11. Cidades limítrofes à Divinópolis.....	39
Figura 12. Pontos de interesse próximos ao Mercado Municipal.....	40
Figura 13: Vista aérea do Centro, década de 80.....	41
Figura 14: Vista aérea do Centro, 2018.....	41
Figura 15: Zoneamento da área central.....	42
Figura 16: Calçada na fachada frontal.....	43
Figura 17: Estacionamento em frente ao mercado.....	43
Figura 18: Diagnóstico físico-ambiental do Mercado Central.....	43
Figura 19: Vista superior com antiga cobertura.....	44
Figura 20: Vista superior com cobertura modificada.....	44
Figura 21: Organização das lojas do Mercado Central.....	45
Figura 22: Esquadrias da fachada posterior.....	46
Figura 23: Detalhe das esquadrias externas.....	46
Figura 24: Janela em arco pleno de restaurante.....	47
Figura 25: Venezianas protegidas com tela de um açougue.....	47
Figura 26: Esquadrias dos banheiros (a frente) e esquadrias das lojas de pé direito duplo (posteriores).....	47

Figura 27: Vista interna das janelas da fachada posterior.....	47
Figura 28: Diferentes tipos de portas internas.....	48
Figura 29: Detalhe da laje com infiltração recebendo pintura.....	49
Figura 30: Manchas de mofo e infiltração no corredor interno do mercado.....	49
Figura 31: Área livre em frente as instalações sanitárias.....	50
Figura 32: Destaque para empoçamento ao redor de ralo.....	50
Figura 33: Desprendimento do piso e presença de ralo.....	50
Figura 34: Desprendimento do piso com exposição do contrapiso.....	50
Figura 35: Comparação entre instalações hidrossanitárias.....	51
Figura 36: Novo banheiro masculino em construção.....	52
Figura 37: Novo banheiro feminino em construção.....	52
Figura 38: Setorização dos usos das lojas.....	54
Figura 39: Análise de matriz SWOT (“FOFA”)	56
Figura 40: Visada norte da praça.....	57
Figura 41: Visada Oeste.....	58
Figura 42: Visada sudeste.....	58
Figura 43: Visada sudoeste.....	58
Figura 44: Mercado de San Miguel, começo do séc. XX	60
Figura 45: Detalhe da iluminação interna do Mercado de San Miguel.....	61
Figura 46: Planta esquemática do Mercado de San Miguel.....	61
Figura 47: Vista interna do Mercado de San Miguel.....	62
Figura 48: Mercado da Ribeira Nova em sua forma primitiva, 1777-1882.....	63
Figura 49: Desenho de fachadas do Mercado 24 de Julho (Mercado da Ribeira)	64
Figura 50: Desenho de fachadas e planta baixa.....	64
Figura 51: Esquema de reconstrução do mercado	64
Figura 52: Mercado 24 de Julho	65
Figura 53: Praça de alimentação	66
Figura 54: Restaurantes do Time Out Market – Lisboa	67
Figura 55: Diagrama do pavimento térreo do Time Out Market	67
Figura 56: Diagrama do primeiro pavimento do Time Out Market	67
Figura 57: Vista aérea do Mercado Central.....	69
Figura 58: Corredor interno do mercado	69
Figura 59: Vista aérea do Mercado Central	70
Figura 60: Planta baixa do Mercado Central	71

Figura 61: Vista lateral da Igreja do Rosário.....	74
Figura 62: Vista lateral do mercado e capela	74
Figura 63: Detalhe das esquadrias da fachada leste	75
Figura 64: Janela Basculante	76
Figura 65: Nova proposta de cobertura	76
Figura 66: Vista interna do mercado e estrutura da cobertura.....	77
Figura 67: Planta demolição/ construção – Térreo	78
Figura 68: Corredor interno	78
Figura 69: Corredor interno e destaque para as aberturas dos boxes centrais.....	79
Figura 70: Praça de alimentação	80
Figura 71: Perspectiva da praça de alimentação e estandes	80
Figura 72: Perspectiva dos estandes em funcionamento. Proposta de ocupação de uma lancheonete.....	81
Figura 73: Perspectiva dos estandes em funcionamento. Proposta de ocupação de uma lancheonete.....	81
Figura 74: Vista do mezanino e praça de alimentação	82
Figura 75: Proposta de ocupação do mezanino	82

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Programa projetual proposto.....	72
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 . FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 SOBRE O RESTAURO	15
1.2 SOBRE OS MERCADOS.....	22
2 . CONTEXTO HISTÓRICO.....	29
2.1 ANÁLISE HISTÓRICA DE DIVINÓPOLIS	29
2.2 ANÁLISE HISTÓRICA DO MERCADO MUNICIPAL.....	33
3 . CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	39
3.1 INSERÇÃO URBANA	39
3.2 ANÁLISE ESTÁTICO-CONSTRUTIVO DO MERCADO CENTRAL.....	44
3.3 ESQUADRIAS.....	45
3.4 COBERTURA.....	48
3.5 PISO	49
3.6 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	50
3.7 USOS.....	52
4 . ANÁLISE DE FRAQUEZAS E POTENCIALIDADES	55
4.1 FORÇAS	56
4.2 FRAQUEZAS	57
4.3 OPORTUNIDADES	57
4.4 AMEAÇAS	59
5 OBRAS ANÁLOGAS	60
5.1 MERCADO DE SAN MIGUEL	60
5.2 MERCADO DA RIBEIRA.....	62
5.3 MERCADO CENTRAL.....	69
6 . SOBRE A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	72
6.1 PROGRAMA DE USOS	72
6.2 MEMORIAL DESCRITIVO E JUSTIFICADO	73
6.3 DIRETRIZES PARA O ENTORNO	84
6.3.1 Fluxos	84
6.3.2 Paisagismo.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICES.....	94
APÊNDICE A: PLANTA DE SITUAÇÃO, CORTES E FACHADA FRONTAL	94
APÊNDICE B: PLANTA DE COBERTURA	95
APÊNDICE C: LEVANTAMENTO	96
APÊNDICE D: PLANTAS DE DEMOLIÇÃO/ CONSTRUÇÃO	97
APÊNDICE E: PLANTAS LAYOUT	98

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a problemática do Mercado Central de Divinópolis, localizado na região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais. Inaugurado em 1959, após a demolição da Igreja Nossa Senhora do Rosário e seu respectivo cemitério que ocupavam a área onde se insere hoje o mercado, a edificação foi símbolo do progresso econômico que a cidade experienciava na época. O exemplar reunia as principais demandas da região que estava em expansão: a necessidade em se reunir em uma centralidade os comércios, que até então estavam dispersos pela cidade, e a difusão de aspectos modernos simbolizando o progresso da cidade. Além disso, devido aos seus aspectos inovadores e arrojados, foi foco de atração de consumidores e de novos comércios, na região central, desenvolvendo ainda mais a área e adensando-a.

Com o passar do tempo, Divinópolis desenvolveu outras centralidades comerciais, inclusive na mesma região, mas com aspectos mais contemporâneos e outras oportunidades de expansão e, por consequência, novos fluxos comerciais foram distribuídos. À vista disso, a importância do Mercado Central, em relação às primeiras décadas de existência, foi sendo perdida, ao longo do tempo. Isso aconteceu, possivelmente em decorrência das mudanças do potencial comercial e social da cidade, da falta de manutenção nas infraestruturas da edificação, bem como do entorno. Desse modo, o Mercado hoje é mais um símbolo de patrimônio cultural do que referência comercial.

Além disso, é importante observar que Divinópolis possui uma carência de espaços representativos da sua história e cultura, muito devido às transformações que ocorreram na cidade na época da construção do Mercado. Diversas construções históricas e simbólicas foram demolidas para cederem espaço a construções novas e mais modernas, assim como ocorreu na área para a construção do Mercado Central. Dentre as edificações patrimoniais remanescentes, como a Antiga Estação Ferroviária e o Museu Histórico de Divinópolis, o Mercado Central é o que está em melhores condições de uso e ocupação. Como construção relativamente nova se comparada com os exemplos citados, o Mercado Central se insere como patrimônio moderno da cidade, de uso e ocupação contínuos desde sua inauguração. Mesmo com o advento das modernizações, a popularização e crescimento dos hipermercados em Divinópolis e a falta de conservação da edificação, o mercado ainda atrai um público. Contudo, é possível observar que o mercado não é devidamente aproveitado como parte do patrimônio cultural da cidade, com

poucos incentivos tanto privados quanto públicos em promover eventos e melhorias no espaço para enaltecer sua importância.

Dessa maneira, o objetivo geral do presente trabalho é analisar o Mercado Central de Divinópolis como referência de patrimônio cultural da Arquitetura Moderna na cidade e, a partir dos resultados encontrados e do aporte teórico metodológicos, elaborar uma proposta de intervenção arquitetônica. Como objetivos específicos, podemos apontar o estudo da teoria da restauração, do patrimônio moderno e da tipologia de mercados, a análise da inserção histórico-cultural do mercado na cidade, a elaboração de dossiê do objeto de estudo, a avaliação das potencialidades, ameaças do uso e ocupação da edificação como fundamentação das diretrizes de intervenção. Por fim, apresentar-se-á o desenvolvimento da proposta de requalificação e reabilitação do espaço de modo a atender as novas demandas da cidade.

Para alcançar os objetivos, foi realizada como metodologia a pesquisa histórico-documental, mas que foi prejudicada por dois fatores principais: o primeiro, relacionado à pandemia de COVID-19, que impossibilitou, durante parte do desenvolvimento do trabalho, a visita aos acervos existentes na cidade, como exemplo a Biblioteca Municipal Ataliba Lago e o acervo da Universidade Estadual de Minas Gerais, além de limitar as metodologias a serem empregadas na pesquisa, uma vez que com o distanciamento social a utilização de métodos mais participativos não seriam passíveis de serem realizados. Desse modo houve a necessidade do emprego de pesquisas em acervos online e limitação no diagnóstico de uso e ocupação do espaço. O segundo fator prejudicial está relacionado à mudança da localização do Arquivo Público Municipal de Divinópolis, que, por ainda estar em fase de organização de documentos e livros, não esteve aberto para consulta durante a elaboração deste trabalho. Ademais, a fundamentação teórica também foi prejudicada pelo aspecto do distanciamento social, restringindo as referências a livros os quais estão disponibilizados gratuitamente na internet e as pesquisas de pós-graduação das universidades brasileiras.

Para a aplicação das informações reunidas e elaboração do dossiê foi utilizada a metodologia de análise do italiano De Angelis (1995). O trabalho de De Angelis (1995) estrutura os três tipos de abordagem do objeto – o objeto e seu entorno, o objeto em si mesmo e o objeto e suas particularidades – em três diferentes instâncias. Em cada uma dessas instâncias, têm-se: a análise histórico-documental, a análise estático-construtiva e a análise artístico-crítica, que serão abordadas nos capítulos 2 e 3. Com essa minuciosa pesquisa, esperou-se identificar as principais características do Mercado Central, tanto construtivas quanto aos seus aspectos socioculturais.

Para se estabelecer as diretrizes do projeto de requalificação do mercado, foi realizada a análise das Teorias do Restauro para a devida proposta de intervenção no patrimônio edificado. Com o aporte teórico, principalmente relacionados à Teoria Clássica com foco na teoria do Restauro Crítico de Cesare Brandi, e na Teoria Contemporânea da Restauração abordada por Salvador Muñoz Viñas, a proposta do projeto objetiva preservar a estrutura existente e incorporar novos elementos de maneira adequada e harmoniosa. Para isso, também foi realizada análises acerca do patrimônio cultural e suas relações com outros exemplares de mercados municipais no Brasil e no mundo, de modo a criar correlações que auxiliam na compreensão de suas existências como espaços de cultura e vivência. Por fim, para a proposição de mudanças específicas para o mercado utilizou-se o uso da matriz SWOT, estudando as forças, as fraquezas, as potencialidades e as ameaças que permeiam a edificação.

Posto isso, é apresentada uma proposta preliminar de intervenção arquitetônica para o Mercado Central de Divinópolis para sua devida requalificação. Com as mudanças espaciais previstas, pretende-se requalificar o mercado como espaço de integração, cultura e comércio, com infraestrutura adequada para as novas demandas de acessibilidade e de segurança, bem como a potencialização da edificação como patrimônio cultural. Assim, as análises e as propostas apresentadas nesse documento têm como foco não apenas estudar o mercado divinopolitano, mas também auxiliar em outras pesquisas que abordem o patrimônio cultural das cidades.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Sobre o Restauro

Em pouco mais de cem anos, as noções de patrimônio, conservação e restauro se desenvolveram para além dos objetos construídos, ou seja, dos monumentos históricos de matriz europeia. A partir do desenvolvimento da noção de patrimônio cultural que permeiam os objetos, os bens passam a ser reconhecidos também por seu caráter imaterial e que possuem diferentes valores devido a sua subjetividade. No último século, as discussões acerca desses conceitos e a necessidade de se organizar metodologias e critérios de intervenção e conservação em patrimônios, bem como a elaboração de propostas metodológicas indicativas entre os Estados, possibilitaram o desenvolvimento do primeiro documento com ideias fundamentais: a Carta de Atenas de 1931. Esse documento foi o precursor dos ideais de diferentes países, principalmente os europeus, sobre manutenção, conservação, preservação e restauro que seriam adotados ao redor do mundo e que incentivaria a elaboração de documentos prescritivos.

Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, foi necessária a mudança do debate na área do restauro arquitetônico, que era pautado principalmente nos aspectos históricos dos objetos. A partir de então, passa-se a desenvolver os estudos da área da Estética, ainda mais relevante no pós-guerra, devido à grande quantidade de patrimônio totalmente ou parcialmente destruído. É nesse mesmo período em que o Restauro Crítico de Cesare Brandi passa a ser difundido, uma vez que aborda não apenas o aspecto histórico da obra, sua originalidade, como também o valor artístico da mesma. Para Brandi, o restauro era uma obra particular a cada caso, que deveria ser executado com base na análise crítica e no conhecimento do objeto. Segundo o autor (Brandi, 1988, *apud* Luso; L; Almeida, 2004, p. 10):

O restauro deverá restabelecer a unidade potencial da obra de arte, sempre que isto seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar as marcas do percurso da obra de arte através do tempo.

Seus princípios possibilitaram a execução de obras de restauro e conservação de maneira eficiente nas cidades que foram totalmente dizimadas com a guerra, uma vez que ampliou as noções sobre as perdas construtivas e o reestabelecimento de ambiências. Contudo, a teoria de Brandi se revela contra a reconstrução e a formação de falsos históricos, uma vez que, sendo destruído, o objeto perde o seu caráter de obra de arte. Brandi também possibilitou novas discussões sobre a restauração que seriam posteriormente analisadas por Salvador Munõs Viñas.

Outro marco importante do pós-guerra foi a criação da UNESCO (Organização para as Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1945. A conjunção que a instituição representa para os países possibilitou a difusão dos seus conceitos e parâmetros importantes para a conservação e preservação do patrimônio. Em vista disso, definiu-se primordialmente o próprio conceito de patrimônio como patrimônio cultural (IPHAN), constituído por

[...] monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Incluem obras de arquitetura, escultura e pintura monumentais ou de caráter arqueológico, e, ainda, obras isoladas ou conjugadas do homem e da natureza.

Quase duas décadas depois, em 1964, é organizado o *II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos*, que deu origem à Carta de Veneza. Este documento foi responsável por delimitar que os monumentos compreendem não apenas as edificações arquitetônicas isoladas como também os sítios urbanos e rurais de significância especial. A carta também sugere a possibilidade de se utilizarem técnicas modernas tanto para a investigação das obras a serem restauradas quanto no emprego de materiais modernos, quando se fizer necessário, desde que se integre harmoniosamente ao conjunto e sejam distinguíveis. A Carta de Veneza é um marco por proporcionar a ampliação do conceito de patrimônio e por abordar o debate sobre as novas demandas para a área da Restauração. Além disso, é importante também por assegurar a possibilidade dos restauradores de trabalharem de forma mais moderna e eficiente do que no passado.

Com o congresso de Veneza em 1964 o Restauo Crítico foi explorado pelos estudiosos e profissionais da área, uma vez que, a partir da segunda metade do século XIX, aborda-se mais o patrimônio cultural do que apenas o patrimônio histórico e monumental (Hannesch, 2015). Ao indicar diretrizes de fidelidade à estética, à história, à função e à ambiência cultural, Brandi possibilita maior abrangência dos métodos de restauração em diferentes tipos de obras patrimoniais, uma vez que propõe que cada objeto deve passar por uma análise crítica, ou seja, o estudo individualizado, possibilitando que novas demandas pudessem ser executadas.

Nas últimas décadas há, então, o desenvolvimento que Hannesch *et al* (2015) aponta como a “tomada de consciência” que, para além dos princípios dotados por Cesare Brandi, são as intervenções caracterizadas pelos pressupostos de cada época, inerente à teoria de restauração adotada. Dessa forma, segundo os autores, a Conservação-Restauração “hoje”

deveria prezar pelo equilíbrio do planeta, nos aspectos “[...] ambiental, econômico, político, social cultural, e numa visão que conjugue: globalização e identidade, participação e responsabilidade social” (Hannesch et al, 2015 *apud* Zanchiti; Azevêdo; Neves, 2015, p.44)

É com essa reflexão que surge um novo valor a ser considerado: o valor simbólico, profundamente analisado na Teoria Contemporânea de Salvador Muñoz Viñas. De acordo com Muñoz Viñas (2021, p. 45) o que todos os objetos de restauração têm em comum é o seu valor simbólico, além do valor historiográfico

[...] um valor convencional, acordado e concedido por um grupo de pessoas ou inclusive, em certos casos, por uma única pessoa. Sobre esses objetos se atribuem alguns valores que, na realidade, correspondem a sentimentos, crenças ou ideologias, isto é, aspectos imateriais da realidade.

Dessa forma, os objetos que são incutidos desse valor simbólico, capazes de representar uma cultura, um coletivo ou o indivíduo, são passíveis de restauração ou conservação. O autor ainda aponta que esse mesmo simbolismo já consta na Carta de Veneza de 1964, na qual os objetos de Restauração são descritos como “imbuídos de uma mensagem”, mas ressalta que o conceito não é unânime entre os teóricos. Além da Carta de Veneza, que aborda o significado cultural dos objetos e, por consequência a incorporação de valores intangíveis, o valor simbólico também consta na Carta de Burra de 1999, em que a conservação deverá considerar todas as perspectivas de “significação cultural” (Muñoz Viñas, 2021).

A Carta de Burra foi desenvolvida e revisada pelo ICOMOS da Austrália (International Council on Monuments and Sites) em novembro de 1999. O documento aborda o “[...] reconhecimento dos aspectos menos tangíveis com significado cultural” (ICOMOS, 2006, p.2), os bens patrimoniais, as associações com o mesmo e sua significância (ICOMOS, 2006). Assim como outras cartas anteriores, a Carta de Burra define alguns parâmetros de aplicabilidade, justificativa e métodos. Na carta, o patrimônio é visto como insubstituível e precioso, de forma que a conservação dos mesmos é uma “responsabilidade permanente”.

De acordo com a Carta de Burra (1999), para a preservação do patrimônio, os significados, deverão ser respeitados de forma a continuarem com os valores ou possibilitarem o reavivamento dos mesmos, tais como as qualidades simbólicas e as memórias que são especificadas na carta. A carta ainda preza pelos estudos para se conhecer os objetos a serem intervencionados, com o objetivo de definir as melhores opções para a perpetuação do significado cultural. Ademais, aponta-se também os conceitos de “fábrica”, sítio, e como esses espaços, ao serem intervencionados, devem respeitar a importância cultural, bem como

reconhecer a participação da comunidade nos processos intervencionistas, sejam eles de conservação ou restauro.

Salvador Muñoz Viñas apresenta, em seu livro, que a definição de simbologia ou de significado se apresenta de forma distinta entre os teóricos. Independente do termo utilizado para representar os objetos restaurados e sujeitos a restauração, todos possuem algum tipo de valor para a comunidade, seja o aspecto simbólico como já abordado, ou os valores estéticos, históricos ou documentais abordados pelos teóricos clássicos como Brandi, Rukin, Violet-Ile-Duc, e outros.

Segundo Muñoz Viñas, o que é restaurado é o valor simbólico do objeto, sua capacidade de “[...] funcionar como símbolo” (MUÑOZ VIÑAS, 2021, p. 92), que por sua vez só é possível por meio das modificações perceptíveis. É essa característica que, para o autor, distingue a restauração da conservação, em que a primeira se caracteriza por sua perceptibilidade e a segunda não, ou seja, ambas são atividades materiais que atuam de modo semelhante no objeto, mas com resultados diferentes. Portanto, para completar o que o autor classifica como atividades de Restauração, há o conceito de preservação, apresentado como:

A preservação, ou conservação ambiental, é o conjunto de atividades destinadas a garantir a sobrevivência dos objetos simbólicos e historiográficos atuando sobre as circunstâncias ambientais nas quais se conservam. (Viñas, 2021, p. 91 e-book).

Contudo, por mais que Muñoz Viñas dê as definições dos aspectos da conservação do patrimônio, o autor aborda as distintas visões sobre o tema, que variam de teórico para teórico. Isso demonstra a diversidade e flexibilização da teoria contemporânea, que proporciona a compreensão de demandas atuais. Segundo o autor, a Restauração se baseia geralmente em questões subjetivas, pois são definidas pelos sujeitos. Diante disso, Muñoz analisa os quatro principais parâmetros das teorias do Restauro, sendo elas a autenticidade, a objetividade, a universalidade e a reversibilidade.

Para a autenticidade é preciso inicialmente definir o que seria o estado autêntico, que é apresentado por Muñoz Viñas de quatro maneiras: estado original, o estado do objeto quando foi produzido; estado prístino, que seria o estado que o objeto deveria ter; o estado definido pelo autor do objeto; e, por fim, o atual, do momento da restauração. Os estados de autenticidade também são definidos por outros fatores, como os materiais que compõe o objeto, os aspectos perceptíveis, a ideia inicial e a função material. Apesar das diferentes concepções de autenticidade, o autor trata que todas têm em comum a busca por uma verdade, mas que, para

ele, “[...] o único conceito de verdade que pode ser considerado real e incontestavelmente verdadeiro é o estado presente” (Viñas, 2021, p. 99).

Os conceitos de autenticidade, então, estão diretamente relacionados ao de objetividade, uma vez que, para Muñoz Viñas, a Restauração está relacionada ao “gosto” pessoal ou de classe. Dessa forma, mediante o “gosto” (e subjetividade) de cada um, seria possível um mesmo objeto possuir estados autênticos diferentes para cada pessoa que o analisa, ou seja, um único objeto pode possuir diferentes tipos de restauro dependendo do profissional.

Em Teoria Contemporânea da Restauração (2021) é exposto que a reversibilidade é um princípio chave na Restauração, normalmente relacionado ao princípio material da modificação. Contudo, um material não é totalmente reversível, uma vez que sempre deixará algum tipo de resquício na área em que foi aplicado. Dessa forma, segundo o autor, a reversibilidade se configura em termos de grau. Mediante a capacidade limitadora de trabalhar no campo do restauro unicamente com materiais reversíveis, tornou-se uma prática limitadora que relativizou seu próprio conceito. Portanto, Muñoz Viñas apresenta a introdução de conceitos paralelos da retratabilidade, da eliminabilidade e do “[...] relaxamento explícito dos requisitos” (Viñas, 2021, p. 128). Conforme Muñoz Viñas (Smith, 1999 apud Viñas, 2021, p. 130), esse relaxamento já se produz “desde sempre”, expondo a seguinte passagem:

Os atos dos restauradores, mais do que suas palavras, nos dizem que os critérios no momento de selecionar entre vários tratamentos alternativos são: a) manter a legibilidade e imagem criada pelo artista original e b) assegurar que as alterações que os tratamentos causam, ou possam causar, sejam as mínimas possíveis.

Para tanto, a reversibilidade de uma obra deve ser estudada e entendida de forma particular, aplicando os critérios expostos por Smith, sem comprometer futuras intervenções ou práticas satisfatórias para sanar problemas atuais.

Por fim, o quarto conceito fundamental entre os outros analisados por Muñoz Viñas está a universalidade, que trata do bem patrimonial com significado relevante para toda a humanidade. Contudo, o autor explana como o conceito de “patrimônio universal” está relacionado a cultura eurocêntrica e associada a noções de “alta cultura”. Esse conceito indica que uma pessoa culta é capaz de identificar valor em bens de outra cultura que não a sua, mas essa característica implica que existem pessoas não cultas, “culturalmente inferiores” (Viñas 2021, p. 134). Dessa forma a concepção alto cultural age de forma segregacionista. Esses aspectos puderam ser observados em 1994, quando um grupo de especialistas analisaram os

bens declarados como patrimônio da humanidade que, em sua maioria, era uma “[...] representação excessiva do patrimônio europeu” (Viñas 2021, p. 138). Por mais que existam problemáticas acerca do conceito de “patrimônio da humanidade”, a UNESCO (instituição responsável por analisar os bens patrimoniais universais) foi e é importante para resguardar, perante os Estados-membros, a conservação do patrimônio.

Com esses conceitos definidos, podemos fazer uma análise de obras restauradas e o padrão que elas seguem. Segundo Fernando Diniz Moreira (2010), nós preservamos mais os objetos que estão mais distantes do nosso tempo histórico, devido à apreensão de sua importância, que necessita de certo tempo para ser entendida. Diante disso, para o autor, essa particularidade interfere diretamente na conservação dos objetos da arquitetura moderna, uma vez que “[...] ainda não estão totalmente reconhecidos pela sociedade”. Ademais, Moreira (2010, p. 5) ainda afirma que:

Nossas sociedades ainda não consolidaram a ideia de que a arquitetura moderna é um produto cultural e de que deve ser protegida para as futuras gerações. O reconhecimento de um edifício como um bem cultural de uma comunidade leva certo tempo.

Até mesmo a preservação da arquitetura moderna, quando a ocorre, é assimilada de forma distinta dos outros patrimônios e pela perspectiva do restauro (AMPARO, 2020). De acordo com Cunha (2010), o restauro da arquitetura moderna é considerado como uma categoria a parte, uma vez que sua produção histórica é recente e implementou materiais e técnicas inovadores, os quais exige “[...] parâmetros de intervenção que se identificam mais com o campo do fazer arquitetônico do que com o campo da restauração propriamente dito” (Cunha, 2010, p. 03).

Além dos materiais e técnicas, Moreira identifica outros seis desafios para a restauração e conservação da arquitetura moderna, sendo eles a funcionalidade, os sistemas infraestruturais, a falta de manutenção, os conjuntos habitacionais e o espaçamento entre os edifícios, a pátina e o reconhecimento e tombamento dos objetos patrimoniais. Todos esses desafios contribuem para a percepção da comunidade e até mesmo dos profissionais de restauro em como compreender o objeto passível de restauro e não de possíveis repriminções (Cunha, 2010). Para o autor, as repriminções se tornaram mais comuns com as obras modernas, devido ao intenso acervo iconográfico das obras que, por meio de fotos, reportagens, vídeos, representações gráficas e, até mesmo, a posse dos projetos executivos, tornariam viável a “restauração” do estado primitivo das mesmas.

Contudo, a realização desse tipo de restauro contraria as diretrizes apresentadas na Carta de Veneza (1964, p. 3) em relação ao aspecto histórico do monumento, uma vez que

[...] as contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração [...]. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

À vista disso, as ações de restauração devem respeitar não apenas os aspectos originais da obra, como os acontecimentos que resultaram na necessidade do restauro. Dessa forma, as intervenções no objeto estarão mais pautadas na manutenção e recuperação dos elementos remanescentes do que na sua reproposição (CUNHA, 2010).

Para que o restauro perpetue a arquitetura moderna de forma respeitosa ao estado verdadeiro dos objetos, mesmo que esse estado verdadeiro se apresente de forma subjetiva, faz-se necessário fazer para além do reconhecimento do objeto como um monumento ou patrimônio, uma vez que os mesmos também estão suscetíveis à deterioração, assim como todas as obras executadas anteriormente ao modernismo. Ademais, as instâncias preservadoras como IPHAN, possuem papel importante na conservação da arquitetura moderna, de modo a identificar não apenas as obras de larga escala, renomadas e raras, como também as identificadas pela comunidade por sua importância, comunidade essa que experiencia os objetos cotidianamente. De acordo com Moreira (2010), campanhas e programas públicos para envolver a sociedade com o tema são fundamentais para alcançar a conscientização das pessoas, com o intuito de preservarem as edificações modernas.

Além disso, o envolvimento dos profissionais da área de preservação, conservação e restauro em estudos científicos, congressos, núcleos de pesquisa e discussões como o DOCOMOMO (International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Site and Neighbourhoods of the Modern Movement) são importantes para ampliarem as perspectivas que poderão ser aplicadas em cada exemplar moderno especificadamente.

Como Mariana B. Amparo constata, para a arquitetura moderna “[...] mais importante do que restaurar é ter a constante manutenção permanente e a conservação preventiva [...]” (Amparo, 2020, p. 7). Portanto, esse estilo embasa um profundo levantamento, considerando, além da edificação, os aspectos urbanísticos e sociais.

1.2 Sobre os Mercados

A história dos mercados está intrinsecamente relacionada à história das cidades, uma consequência do crescimento populacional e a necessidade de abastecimento. Para Filgueiras (2006), Quartilho (2011) e Araújo (2021), o desenvolvimento das cidades, a necessidade de centralização do comércio e uma infraestrutura adequada para as trocas comerciais fez surgir as primeiras variações de mercados que conhecemos hoje.

A origem dos mercados é relativamente incerta, mas autores como Moleiro e Nascimento (2016) e Silva (2017) indicam que as primeiras estruturas comerciais, de trocas e encontros de fluxos, remontam as ágoras gregas, os fóruns romanos e os bazares árabes. Na Idade Média, essa relação de câmbio era realizada por meio dos mercados periódicos e as feiras, resultado das intensificações comerciais dos povoados, relação fundamental para o “[...] desenvolvimento das funções urbanas coletivas” (Vargas 2001 *apud* Filgueiras, 2006, p. 28). Com o tempo, a sazonalidade dos mercados se transformou em situações mais permanentes como a criação das praças de mercado, que podiam ser encontradas em três tipologias: as praças localizadas nos centros populacionais para fornecimento de produtos de abastecimento básicos, as praças de comércio de produtos especializados – difundidas pela malha urbana – e ainda as praças localizadas junto à entrada das cidades (Silva, 2017). De acordo com Filgueiras, os mercados se localizavam no encontro do fluxo de pessoas e no excedente produtivo:

Este ponto, geralmente equidistante de diversos centros, permitia a articulação territorial entre regiões, construindo trajetos e percursos, e possibilitava o encontro e a negociação entre diferentes culturas. Seu caráter aberto e público conferia-lhe aspecto de neutralidade territorial e segurança no ato da troca, e, além disso, proporcionava melhor disposição e visibilidade das mercadorias (Vargas, 2001 *apud* Filgueiras, 2006, p. 26).

Durante séculos, as cidades da Idade Média sofreram poucas alterações ao longo do tempo, sofrendo, assim, as maiores modificações a partir dos desdobramentos da Revolução Industrial no século XVIII, em que as cidades passaram por modificações em suas organizações tanto físicas quanto sociais (Silva, 2017), uma vez que equipamentos urbanos e funções já não correspondiam mais ao progresso industrial (Quartilho, 2011). As principais características que propiciaram essas mudanças são: o aumento da população, aumento dos bens e dos serviços produzidos, a redistribuição dos habitantes no território, o desenvolvimento dos meios de comunicação, a rapidez e o caráter aberto das transformações e a desvalorização da gestão pública (Silva, 2017). Dessa forma, os mercados, que não eram vistos apenas como

abastecimento da comunidade, passam a ser importantes estruturas representativas do planejamento e da gestão urbana, uma vez que “[...] constituía, por um lado, um centro abastecedor da vida das populações e, por outro, permitia a criação de identidades únicas” (Moleiro; Nascimento, 2016, p. 11).

De acordo com Silva (2017), é a partir do século XVIII que os primeiros exemplos de mercados cobertos surgem na Europa, originados da necessidade de centralização das trocas comerciais, a segmentação das vendas e dos produtos e organização dos fluxos. Durante as próximas décadas, os mercados desenvolveram, além do caráter simbólico da cultura (Quartilho, 2011), a presença como edifícios icônicos (Branco, 2014) e modernidade construtiva. Já a Revolução Industrial possibilitou a propagação da construção em ferro e vidro nas edificações, modernidades essas vistas nos mercados recém construídos (Silva, 2017).

No Brasil, segundo Silva (2017), os primeiros mercados foram construídos durante o século XIX em alvenaria, e posteriormente novos exemplares foram construídos em estrutura metálica, como exemplo o Mercado de São José, em Recife, inaugurado em 1875 (Silva, 1988, *apud* Silva, 2017, p. 48). Contudo, conforme expõe Filgueiras (2006), os mercados populares teriam surgido já durante o período colonial, de modo semelhante aos que eram encontrados durante a Idade Média na Europa: dispersos e com a finalidade de abastecimento e trocas da região, principalmente nas regiões litorâneas. De acordo com a autora, devido ao caráter populacional encontrado no país até o século XX, em que grande parte do território possuía pouco adensamento populacional, os habitantes mantinham-se por uma “[...] economia de subsistência, fundada na lavoura de base exclusivamente familiar e permitida pela abundância e alta fertilidade das terras virgens” (Candido, 1998, *apud* Filgueiras, 2006, p. 29).

Desse modo, com a evolução do assentamento dos núcleos urbanos, o desenvolvimento de práticas higienistas e de regulamentação das cidades, surge a necessidade de estruturação do comércio por meio dos mercados, uma vez que o abastecimento da população era uma das prioridades para a permanência das cidades (Filgueiras, 2006). Conforme Filgueiras (2006), o interesse em possuir infraestruturas adequadas à comercialização de bens alimentícios, a modernização dos espaços públicos e, principalmente, a criação de mecanismos de controle social, os mercados populares são institucionalizados pelo governo. Assim, seguindo essas tendências, novos mercados foram construídos no século XX no Brasil, como em Belém e Manaus, mas foi somente em 1907 que o maior mercado metálico do país foi construído no Rio de Janeiro. O Mercado Municipal Praça XV possuía área de

12.500 m² e foi construído no lugar do antigo Mercado da Candelária, de 1841, o primeiro mercado coberto da cidade do Rio de Janeiro (Silva, 2017).

Nesse mesmo período, na Europa, inicia-se a “[...] primeira onda de declínio nos mercados e o começo de sua obsolescência” (Moleiro; Nascimento, 2016, p. 12). Conforme Moleiro e Nascimento apontam, a I Guerra Mundial afetou economicamente a construção e a reabilitação dos mercados europeus. Além disso, a industrialização alterou a forma de armazenamento e produção dos alimentos, e, por fim, a reorganização das cidades, com a introdução dos automóveis, modificou as formas de habitar os núcleos urbanos e, por consequência, a comercialização de produtos e serviços.

Simultaneamente a esses fatores, surgiam os supermercados ao redor do mundo, uma alteração drástica nos processos de venda dos produtos comparado com os mercados (Silva, 2017). Os produtos, os quais antes eram vendidos por pequenos comerciantes em lojas ou nos boxes dos mercados, passaram, então, a serem vendidos em um sistema de self-service (Silva, 2017), em que o próprio consumidor escolhe seus produtos, geralmente sem a assessoria de funcionários. É também no século XX que são construídos os primeiros shoppings centers das cidades.

De acordo com Silva (2017), é na década de 1950 que o sistema de supermercados é adotado no Brasil, e em 1955 o formato já era empregado em 52 países. Ainda de acordo com o autor, na segunda metade do século XX, ocorre a segunda onda de declínio dos mercados públicos, uma vez que os supermercados já estavam estabelecidos como principais formas de abastecimento das cidades e os antigos mercados necessitavam de obras de restauro e conservação. No entanto, Silva (2017) expõe que a popularização do novo sistema de comércio instaurado pelos supermercados não se deu de forma padronizada e homogênea ao redor do mundo. Alguns países como França, Alemanha e Itália instituíram leis delimitadoras para proteção do comércio local.

Desse modo, podemos perceber que as relações das cidades com os mercados ocorrem de forma distinta entre os países, o que impacta diretamente nos processos de conservação e permanência dessas edificações na atualidade. Essas relações estão diretamente interligadas na forma como os mercados são percebidos pela sociedade, ou seja, como forma apenas de abastecimento da população, o que já foi indicado como uma das formas de decadência, ou se são compreendidos como lugares de trocas sociais e símbolos de diferentes culturas. De acordo com Silva (2017, p. 55),

[...] se criou afastamento entre o equipamento e o cotidiano, e fez surgir com isso a vinculação dos mercados a ideais de “identidade local”, “tradição”, presente em muitas pesquisas sobre o tema. Outro desdobramento deste afastamento, parece ser a transformação dos mercados em atrações turísticas”.

Dessa maneira, os mercados, então, passam a ser vistos como espaços de convívio, espaços de vitalidade (Filgueiras, 2006). De acordo com Filgueiras, “[...] os mercados mobilizam elementos irreproduzíveis da história do lugar e da memória urbana, mas também estratégicos na produção do espetáculo e na valorização econômica da cidade” (Filgueiras, 2006, p. 45). Para Quartilho (2011), os mercados não conseguiram acompanhar as modernizações ocorridas ao longo do tempo, apontando problemas como dificuldade em cumprir a legislação atual, no que diz respeito à higiene e medidas sanitárias, aos parâmetros de segurança, acessibilidade e conforto, além de horários de funcionamento diferentes da população ativa e estética desestimuladora. Já Araújo (2021) analisa outros problemas relacionados ao entorno dos mercados, tais como a desertificação dos centros urbanos onde geralmente as edificações se localizam e o crescimento da concorrência e da mobilização urbana. De acordo com Quartilho (2011, p. 67), Jane Jacobs analisa como os mercados e seus entornos são elementos indissociáveis:

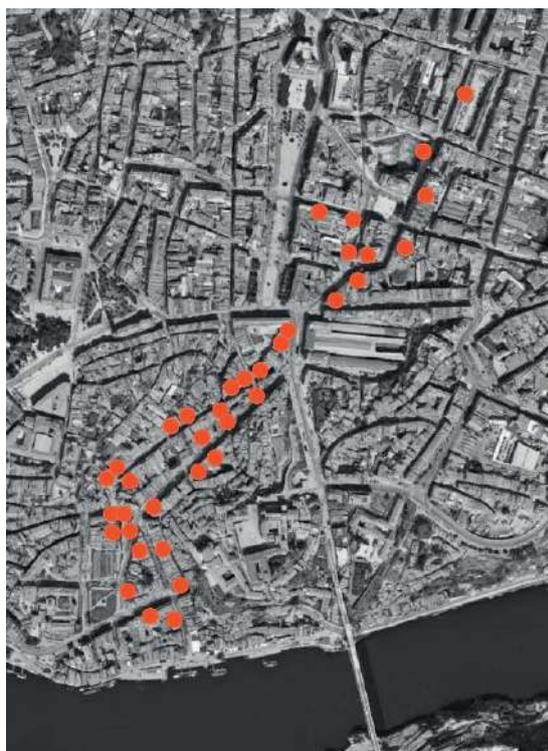
“Na sua melhor forma, os mercados públicos representam o que é desejável sobre a vida urbana: variedade, cor, acção, mistura de pessoas com diferentes formações, acontecimentos ocasionais e divertimento. Os mercados públicos, sendo formas eficazes de atrair pessoas, podem transformar espaços públicos sem interesse aparente e garantir um meio seguro, estimulante e criativo para quem os usa. Podem na realidade reintroduzir os bons elementos que as cidades infelizmente estão em risco de perder”.

Posto isso, já existem exemplos ao redor do mundo que, além da própria reabilitação dos mercados, foram também realizadas a revitalização dos centros históricos, como ocorreu na cidade do Porto, em Portugal. Tombado como Patrimônio Mundial pela Unesco em 1996, o centro histórico de Porto é responsável pela atração tanto de seus habitantes quanto dos turistas que visitam a cidade (Araújo, 2021).

De acordo com Pacheco (2003, p 26 -28 *apud* Araújo, 2021, p. 131), a cidade do Porto sofreu transformações urbanas e sociais, ao longo dos séculos, principalmente no século XX, “[...] onde sofreu com desindustrialização, descomercialização e despovoamento” em especial às regiões centrais. Posto isso, o governo aplicou como solução “[...] a regeneração urbana da cidade, pela requalificação da vida cultural, social e pela conciliação do patrimônio com a identidade e qualidade de vida da população” (Araújo, 2021, p. 131).

A partir da década de 1970, a cidade do Porto intervencionou diversos edifícios patrimoniais, como a Casa da Música, a Biblioteca Almeida Garrett, o Teatro de Carlos Alberto, o Mosteiro de S. Bento da Vitória, dentre outros. Também foram aplicadas políticas públicas, programas e eventos para promoção do patrimônio como valor simbólico, tanto físico quanto imaterial (Araújo, 2021). De acordo com Araújo, em 2017 foram contabilizados 37 edifícios em reabilitação profunda, como pode ser visto na figura 1.

Figura 1 – Indicação dos edifícios em reabilitação na cidade do Porto em 2017.



Fonte: Araújo, Beatriz (2021).

Durante esse processo de revitalização da cidade do Porto, diversos mercados passaram por restauração, são eles: o Mercado Ferreira Borges (1885), o Mercado da Foz (1944), o Mercado de Matosinhos (1952) e o Mercado do Bom Sucesso (1952). Vale salientar que o principal mercado da cidade, o Mercado do Bolhão (1914), ainda está em processo de restauro e aguarda inauguração (Araújo, 2021). Ademais, Araújo destaca que essas edificações são pontos importantes na cidade pela socialização que elas oferecem, seja pela vivência das pessoas, seja pelos eventos e iniciativas culturais que eles promovem.

Assim como em Porto, Barcelona também instaurou políticas de planejamento e revitalização de sua cidade, implementando em 1991 o Instituto Municipal de Mercados de Barcelona, firmando-se atualmente como “[...] polo de produção do conhecimento acerca dos

mercados públicos” (Silva, 2017, p. 62). De acordo com o autor, a revitalização dos mercados de Barcelona está pautada em três perspectivas:

[...] Mercados são alma, ligados à vida e identidade de cada bairro; Mercados são motores, lideram o comércio local e são peça chave de desenvolvimento econômico; Mercados são sustentabilidade, sinônimo de valores associados a sustentabilidade social, ambiental e cultural. (Silva, 2017, p. 62).

Diferentes obras de restauro de mercados pelo mundo utilizaram os modelos aplicados nas cidades espanholas, uma vez que já estava comprovado o sucesso do modelo pautado nos mercados como elementos regeneradores das cidades (Araújo, 2021). À título de exemplo, um dos mercados que utilizou o sistema espanhol na sua restauração foi o Mercado da Ribeira – Time Out Market, em Lisboa, projeto esse que será abordado no capítulo das obras análogas.

Para Moleiro e Nascimento, ainda que os mercados atualmente tenham contextos diferentes, culturas, impactos e processos de degradação a níveis distintos, eles afirmam que os mercados possuem mais similaridades do que diferenças. Os autores utilizam como exemplificação a análise de três iniciativas europeias para comprovar a afirmação; as iniciativas são Project for Public Spaces (1975), URBACT-Markets (2012) e o MedEmporion (2009). Essas iniciativas têm em comum o apelo social para as modificações a serem implantadas nos mercados, de modo que são consideradas a introdução de usos mistos nos mercados para atrair mais de um público consumidor, a elaboração de eventos e instituição de políticas públicas de incentivo à cultura, à saúde e ao meio ambiente diferenças (Moleiro; Nascimento, 2016).

Para tanto, os mercados estudados por Moleiro e Nascimento (2016) sofreram modificações físicas e estruturais, mudanças do horário de funcionamento, implementação de áreas de estacionamento e parcerias internacionais, para que assim os mercados se tornem mais dinâmicos e atrativos tanto para a população local quanto para os turistas.

Mesmo que a análise dos mercados, citada anteriormente, seja baseada nas revitalizações europeias, no Brasil também há casos similares de modernizações dos mercados para maior atratividade, como é o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. Uma das características presentes nesse mercado é a presença de um estacionamento para mais de 400 carros que atende não apenas os usuários do mercado como também as pessoas que circulam pelo centro da cidade. Essa foi uma demanda notada na década de 1970 em que os consumidores deixavam de frequentar o espaço, por causa da dificuldade em estacionar o carro e na mobilidade urbana, situação revertida diante da implementação do novo espaço (Filgueiras,

2006). Outras características desse mercado mineiro serão abordadas posteriormente no capítulo 6.

Diante dos expostos, é possível compreender que os mercados são elementos fundamentais para integração de comunidades com o espaço urbano (Moleiro; Nascimento, 2016), repletos de simbologia e vivência humana (Quartilho, 2011). Dessa forma, são lugares que devem ser preservados e valorizados não apenas pela população, mas pelas instituições e poderes públicos.

2.CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 Análise histórica de Divinópolis

Assim como em diversas localidades distribuídas na capitania de Minas Gerais, a região do Oeste do território desenvolveu-se por meio de vilas e arraiais centralizados por edificações católicas. Desse mesmo modo, surgiu o Arraial do Espírito Santo do Itapecerica, reconhecido pela Igreja Católica, após a construção da capela de mesmo nome, em 1770 e que no futuro se tornaria a cidade de Divinópolis.

A cidade se desenvolveu as margens do Rio Itapecerica, que, segundo Batistina Corgozinho, era habitada pelos índios Candidés. Acredita-se ainda que a região passou a ser efetivamente desenvolvida com a chegada de Manuel Fernandes de Teixeira, responsável pela doação de um patrimônio significativo para fundamentar a construção da primeira capela da região. O nome de Manuel Fernandes é atribuído à escritura de doação de “[...] 40 alqueires de terra e um lote de casas” (Corgozinho, 2014, p. 40) para a Arquidiocese de Mariana em 1770. A doação ocorreu afim de se criar o Curato, que foi estabelecido apenas em 1830 e a freguesia em 1834.

Seis décadas após o Curato, o Arraial do Divino Espírito Santo recebe a instalação da ferrovia pela EFOM (Estrada de Ferro Oeste de Minas). A sua construção e o seu desenvolvimento foram responsáveis pelo crescimento populacional e urbano, transformando a região que possuía atividades agrícolas, pecuárias e pequenos comércios comuns em cidade em apenas 25 anos. O Arraial é elevado à categoria de cidade em 1915, vinculado à comarca de Itapecerica e em 1935 foi criada a comarca de Divinópolis.

A ferrovia foi o primeiro método de circulação mecanizada da região, uma vez que não existiam estradas e os transportes eram realizados com o auxílio de tração animal por meio de veículos ou lombo de equinos. A estrada de ferro permitiu a ligação com outros pontos de importância em Minas Gerais, como São João Del Rei e em 1910 com Belo Horizonte, atraindo novos moradores e potencialidades. Contudo, apenas com a criação da primeira oficina da EFOM na cidade, que a mesma prosperou. Devido à demanda de serviço da oficina de equiparação de locomotivas e vagões, a empresa cresceu e demandou a contratação de novos funcionários, fazendo com que um novo núcleo de residências fosse construído para comportá-los.

Muitos de seus trabalhadores eram imigrantes portugueses. Esta oficina foi considerada uma das maiores e mais bem equipadas da América Latina. Fazia

montagem, desmontagem e reparação de locomotivas a vapor de todas as estradas de Minas. (Corgozinho, 2014, p.46)

À medida que novos empregos foram criados na região, o conjunto populacional se desenvolveu, não somente com os funcionários da estrada de ferro, como também por seus familiares e pessoas que viam a oportunidade de negócios na cidade em expansão. Com o aumento da população, novos tipos de serviços e demandas foram surgindo, criando atrativos para o centro urbano e favorecendo ainda mais o desenvolvimento do local.

Figura 2 – Crescimento da população de Divinópolis em comparação com a microrregião, o Estado e o país.

Localização	População			
	1940	1950	1960	1968
Divinópolis	23.416	32.316	53.340	61.114
Microrregião	101.027	101.181	151.181	168.008
Minas Gerais	6.736.416	7.717.792	9.798.880	11.776.817
Brasil	41.236.315	51.944.397	70.967.185	89.574.412

Fonte: Corgozinho, 2014.

Figura 3 – Graus de urbanização no Brasil (porcentagem)

Localização	Zona urbana			Zona rural		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Divinópolis	42,2	62,0	79,1	57,8	38,0	20,9
Microrregião	29,6	42,6	63,8	70,4	57,4	36,2
Minas Gerais	25,1	30,1	40,2	74,9	69,9	59,8
Brasil	31,2	36,2	45,1	98,8	63,8	54,9

Fonte: Corgozinho, 2014.

O crescimento populacional provocou uma expansão urbana não planejada, criando espaços espontâneos e novos loteamentos sem considerar os aspectos físicos e ambientais da cidade. O objetivo principal era estabelecer novos locais de moradia para os recém-chegados, ou seja, o aceleramento do capital e da economia de forma indireta. Dessa forma, ocasionou à cidade uma configuração “[...] sem referenciais, áreas de lazer, áreas verdes e de convívio social” (Corgozinho; Ferreira; Arruda, 2013, p.76).

Para contribuir com o crescimento tanto populacional quanto econômico, surgiram na cidade, no início da década de 40, duas novas indústrias: a Usina do Gafanhoto, geradora de energia que opera até os dias de hoje, e a Companhia Mineira de Siderurgia. Já na década de 50, a Companhia Siderúrgica Pains, atualmente Gerdau, inicia suas operações na cidade. A partir desse período, novas siderurgias e fundições têm sua origem na região. Devido a uma dessas indústrias, o engenheiro Luiz Fernandes de Souza, formado na Escola de Minas de Ouro Preto, foi trabalhar na cidade e posteriormente se tornou prefeito em 1957.

Desde o princípio de seu mandato, Luiz Fernandes buscou propor melhorias urbanas, além de construir e investir nos colégios da cidade. Mesmo antes do novo cargo, o engenheiro lutava a favor do ensino e da modernização frente a nova economia. A propósito, interesses esses que o levaram a concorrer ao cargo. As propostas de modificação e seus anseios para a cidade podiam ser observados no discurso de sua posse, principalmente no que propunha sobre alterações urbanas.

Sobre o embelezamento físico de expansão da cidade, penso iniciar, o quanto antes, o levantamento da planta cadastral, para que se possa conscientemente, elaborar o Plano Diretor, que oriente a Administração para o que se deve e o que não se deve executar. Precisamos regulamentar o crescimento da cidade, que se espalha desordenadamente, com prejuízo enorme para o município e até para os proprietários. Nos novos loteamentos, teremos de fixar regras e normas adotadas na conceituação do urbanismo moderno, exigindo, por exemplo, que fiquem reservadas áreas para parques, jardins, escolas etc. (Souza, 2018, p.115)

É diante desse ímpeto de modernização e prosperidade que surge a perspectiva da construção do Mercado Municipal, inaugurado em 1959, ocupando o espaço da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário e seu cemitério. O mercado surge, então, como polo central de comércio da cidade, reunindo em um único ambiente serviços e produtos que anteriormente eram comercializados em pontos separados da zona urbana. Além do mercado, novas vias são criadas e outras ampliadas, bem como algumas praças e outros espaços públicos, levando à Divinópolis reconhecimento do Estado e a atrair novos moradores.

Figura 4 – Vista da Rua Rio de Janeiro, década de 1950



Fonte: Portal Em Redes (1950).

Contudo, apesar do propósito modernista e planejador da atuação de Luiz Fernandes, Divinópolis se ampliou de forma racional e capitalista, ocasionando em estímulos do privado sobre o público, controle da natureza e enfraquecimento dos métodos tradicionais de ocupação do solo e relacionamentos, como aponta (Couto *et al.*, 2013). Segundo os autores, a cidade triplicou sua área de ocupação em apenas vinte anos, contabilizados a partir de 1969 até 1988, passando de 23.500 lotes a 88.853 lotes. Eles apontam ainda que os novos loteamentos foram aprovados sem infraestrutura básica, como pavimentação de vias e saneamento. Essas irregularidades possuem efeitos até os dias de hoje, com edificações construídas em zonas de risco, deposição e ocupação dos cursos d'água e trânsito caótico.

Atualmente a cidade conta com 250 bairros, com estrutura urbana majoritariamente em malha xadrez, como se pode notar pela figura 4, interrompida geralmente nas proximidades das áreas de preservação ambiental, nos limites da linha ferroviária e nas proximidades das primeiras áreas habitadas da região, como é o caso da “Praça do Mercado”. Há uma escassez de áreas de lazer e áreas verdes públicas, localizadas majoritariamente nas proximidades dos dois rios presentes na cidade: o Rio Itaipicera, e o Rio Pará. Entretanto, algumas dessas áreas, como as margens do Rio Itaipicera, no bairro Porto Velho e Centro, são ocupadas ilegalmente, além de serem usadas como depósito de lixo ou não possuírem manutenção regular.

Figura 5 – Vista aérea da região central de Divinópolis, com destaque para o entorno do mercado.



Fonte: Google Maps, 2021.

A inexistência de espaços verdes é ainda mais significativa na região central, que por seu histórico e polarização concentram a maior densidade populacional e ocupação do solo, mesmo possuindo a menor extensão física-espacial (Couto *et al.*, 2013). Esse agrupamento concentra-se em edificações verticalizadas que interferem tanto na iluminação quanto na ventilação natural, gerando ilhas de calor devido à concentração de superfícies impermeáveis (tais como asfalto e concreto) e a alta temperatura característica da cidade.

2.2 Análise histórica do Mercado Municipal

Inaugurado em 1959, o Mercado Municipal de Divinópolis foi desenvolvido como símbolo da inovação e modernidade que permeava a cidade no período. Entretanto, o seu projeto e execução não foram aprovados por todos os moradores da região, uma vez que para a sua construção foi necessária a demolição da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de seu cemitério.

Figura 6 – Fachada frontal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, início do século XX



Fonte: Portal em Redes, Arquivo Público Municipal de Divinópolis (19--).

Figura 7 – Vista lateral da Igreja do Rosário



Fonte: Arquivo Público Municipal (19--).

A igreja foi construída em 1850, para abrigar as celebrações em homenagem à Nossa Senhora do Rosário, realizada pela Irmandade do Rosário dos Pretos, e comemorada por escravizados e os escravocratas. Até 1842, os festejos eram celebrados na Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, mas quando o novo vigário Padre Guaritá assumiu o posto, o mesmo proibiu que os negros dançassem dentro da edificação e “sugeriu” a construção da nova igreja. O responsável pela edificação foi Antônio Ferreira, que faleceu antes da conclusão da obra, finalizada por Camilo Fonseca.

O povo dizia que, com a morte do Sr. Antônio Ferreira, a Igreja do Rosário havia se transformado em ninho de ratos, esconderijo de cabritos e abrigo de viajantes. E assim ficou por muito tempo, até que decorridos cinco anos o Sr. Camilo Fonseca resolveu fazer a conclusão do serviço e entregou a igreja pronta à Sociedade dos Pretos, sob a guarda do Vigário Guaritá. (Azevedo & Azevedo, 1988, p.48, *apud* Corgozinho, 2013, p. 30)

O trecho citado anteriormente narra a negligência em relação à igreja, desde o princípio, possivelmente causada pela distância da Igreja Matriz e seus usuários. O Largo do Rosário, nome que a igreja e o seu arredor passaram a ser chamados, ganhou o acréscimo de um cemitério em 1875, uma vez que o cemitério da Igreja Matriz não mais comportava os sepultamentos do povoado em crescimento. Segundo depoimento de Corgozinho, o cemitério foi construído por todo o tipo de fiéis, homens, mulheres e crianças, com o auxílio de animais de carga e a supervisão do Padre Paulino. O cemitério permaneceu ativo até 1925, quando o terceiro cemitério da região foi construído, e lentamente o espaço reservado aos sepultamentos na Igreja Nossa Senhora do Rosário foi sendo destruído.

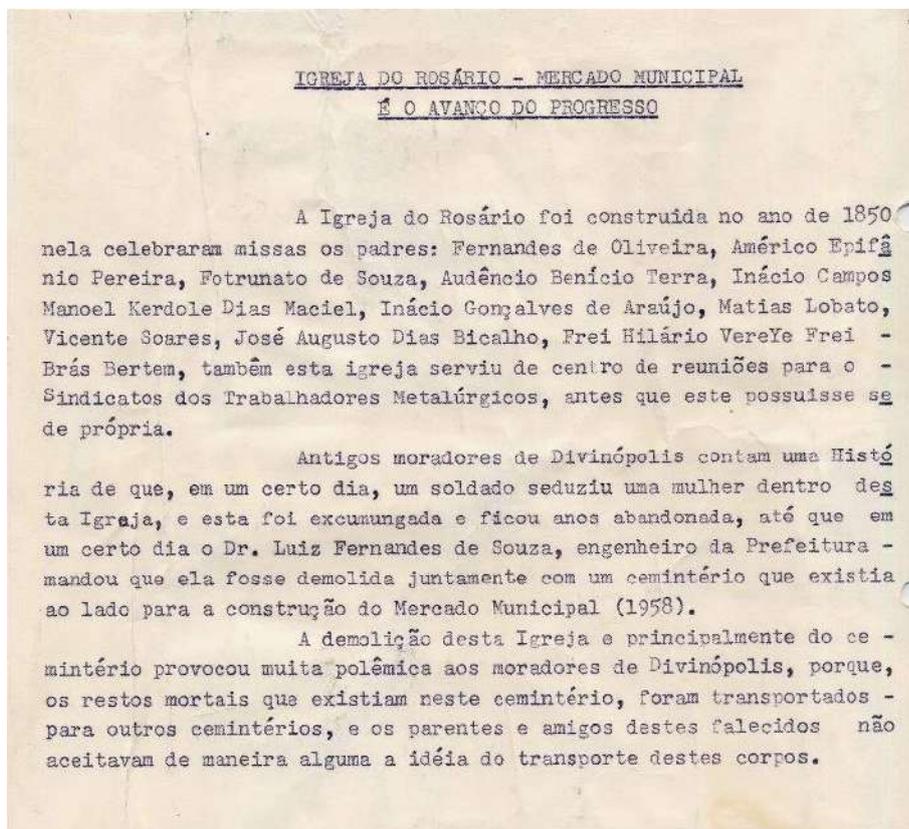
[...]Alguns moradores da circunvizinhança foram carregando as pedras dos muros para fazer alicerces de barracão e quando o padre deu por fé, o cemitério estava no aberto. Foi construída uma cerca de arame farpado no lugar do muro, para evitar que as sepulturas fossem pisoteadas e os túmulos derrubados pelos animais que pastavam livremente nas ruas da cidade. (Corgozinho, 1992, *apud* Corgozinho, 2013, p.38)

Durante o século em que permaneceu ativa, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário recepcionou as celebrações populares, principalmente a Festa do Reinado, mesmo quando em 1922 o Papa Pio XI proibiu os festejos nas edificações católicas (Corgozinho, 2013). Apesar da proibição, com o apoio de políticos locais e até mesmo do Governador Benedito Valadares, a celebração do reinado permaneceu festejada na cidade de Divinópolis. Entretanto, mesmo os reinadeiros que utilizavam a igreja anualmente para as celebrações, não foram contra a sua demolição, ordenada pelo, então prefeito Luiz Fernandes dos Santos em 1956.

Segundo relatos expostos por Batistina Corgozinho, no livro *História e Memória do Centro Oeste Mineiro: perspectivas*, a igreja já não era utilizada para celebrações católicas, tendo sido invadida por vândalos e animais ao longo dos anos até sua demolição. Há ainda uma história de que um soldado desonrou uma mulher dentro da edificação, cometendo, assim, um sacrilégio para os demais fiéis. Dessa forma, a igreja perdeu seu caráter divino e se tornou um local “impuro”, “[...] estimulando a atitude passiva da população em relação à demolição dessa Igreja” (Corgozinho, 2013, pag. 73.). No entanto, há um documento sem autoria no Arquivo

Público Municipal indicando que parte da população se opunha à demolição do cemitério, uma vez que seria necessário transportar os restos mortais que jaziam no espaço para os outros cemitérios da cidade, como pode ser visto abaixo.

Figura 8 – Registro sobre demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Documento sem autoria



Fonte: Arquivo Público Municipal (195-).

Apesar das objeções, no dia 1º de junho de 1957, quando a cidade comemorava 45 anos de emancipação, foi realizada a cerimônia do lançamento da pedra fundamental pelo prefeito Luiz Fernandes de Souza. O empreendimento foi projetado por Dr. Joaquim Nunes Valério e construído pela empresa Mercados Minas Gerais Ltda. O Mercado Municipal foi construído inteiramente em concreto armado em formato oval, com cobertura em laje plana, área de 2.100m² edificada no espaço de uma praça de 9.000m². Segundo Luiz Fernandes (2018, p. 154), o mercado foi inaugurado com

[...] 54 lojas, 36 boxes, um bar, um restaurante, seis aviários, doze sanitários (seis femininos e seis para homens), dois bebedouros, duas áreas internas de ventilação e cinco portas de acesso à praça.

A construção foi considerada pelo Jornal O Globo na edição de 28 de março de 1959, como “[...] a mais arrojada obra arquitetônica do gênero em todo o Brasil” (Globo, 1959, p. 4), indicando em sua reportagem que o projeto poderia ser modelo para outras cidades em busca da modernidade. Ainda segundo o jornal, a escolha da localização para a edificação foi devido à proximidade e à acessibilidade de diferentes bairros da região, além de possuir duas vias já estruturadas.

Figura 9 – Fachada frontal do Mercado Central, década de cinquenta. Figura 10 – Manchete do jornal O Globo



Fonte: Arquivo Público Municipal de Divinópolis (195-)



Fonte: Arquivo Público Municipal de Divinópolis (1959)

A inauguração do mercado foi um marco modernista na cidade, um período de intensas transformações socioeconômicas e ampliação da cidade. Contudo, com o crescimento da população e do comércio, a edificação em pouco tempo deixou de atender a demanda de Divinópolis, passando a explorar novas regiões e táticas de vendas (Corgozinho, 2013).

Na década de oitenta, de forma a incentivar a conservação do patrimônio cultural da cidade, foi criado o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico de Divinópolis. Além dele, também foi criada a Comissão para Organização do Reinado no Largo do Rosário, de modo a auxiliar na organização das festividades como no passado. Até então, as comemorações foram dispersadas para outros bairros de Divinópolis, como Porto Velho, Esplanada e Interlagos. Em 1985, foi construída ao lado do mercado uma réplica da antiga Igreja do Rosário, a Capela-monumento.

Nas últimas décadas, o mercado sofreu uma queda de consumidores, possivelmente causada pelo estado de conservação da edificação, contornada pela administração do mercado com pequenas reformas nos últimos anos. Segundo reportagem do G1 em 2012, comerciantes solicitaram reformas para além das modificações das instalações sanitárias, como a realização da pintura das fachadas, a solução das infiltrações existentes, a troca do piso e outras demandas.

Para isso, oferecem, desde então, atrações artísticas todos os sábados para arrecadação de fundos para a reforma. Em 2019, foi realizada uma intervenção na cobertura do mercado, alterando a cobertura de laje para uma estrutura metálica, e atualmente foram instalados novos sanitários e a renovação da pintura.

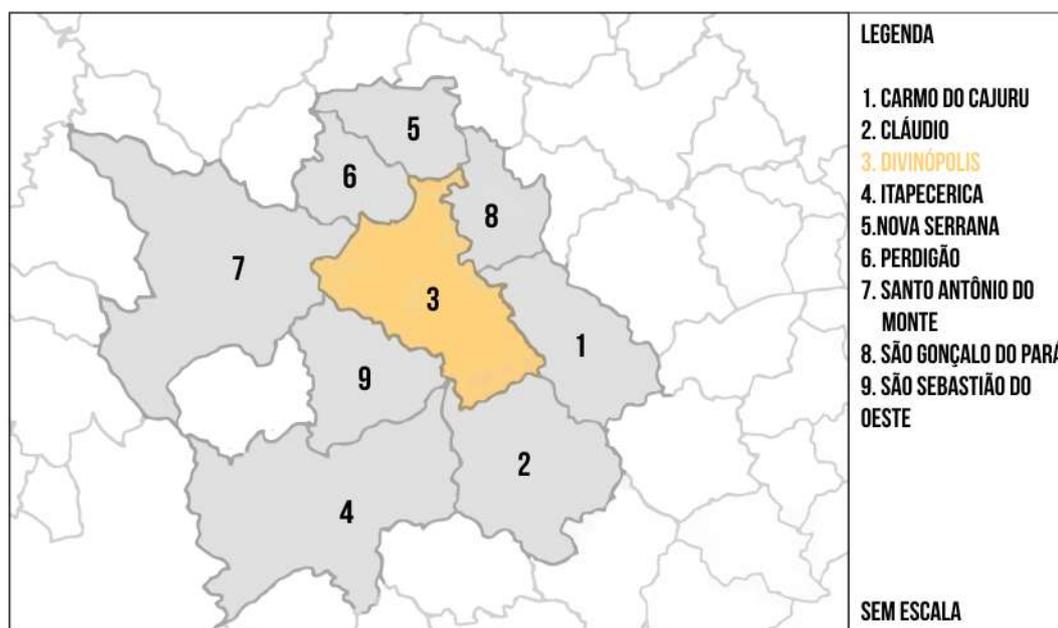
No entanto, a pandemia de COVID-19 alterou as relações dos usuários com o Mercado Municipal, afetando-o gravemente. Comércio foram fechados, consumidores deixaram de frequentar o local e deteriorações evoluíram no antigo símbolo da modernidade e polo de vendas da cidade.

3 . CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

3.1 Inserção urbana

A cidade de Divinópolis está localizada na região Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais, a 110 km da capital do estado Belo Horizonte. O município limita-se ao norte de Nova Serrana, a nordeste de São Gonçalo do Pará, a sudeste de Carmo do Cajuru, ao sul de Cláudio e Itapecerica, a sudoeste de São Sebastião do Oeste e a noroeste de Santo Antônio do Monte e Perdígão, como podemos ver pela figura 10. Divinópolis é centralidade para as cidades limítrofes e pelo menos outros 52 municípios no que concerne alguns equipamentos públicos e empresa privadas com sedes em outras regiões, como aponta Nádia Mello (2015). Segundo a autora, existem pelo menos três níveis de relação com Divinópolis, sendo eles intensos, regulares e fracos; para o primeiro grau de intensidade, a cidade exerce mais amparo a Itaúna, Nova Serrana, Carmo do Cajuru, São Gonçalo do Pará, São Sebastião do Oeste e Cláudio.

Figura 11 – Cidades limítrofes à Divinópolis



Fonte: Adaptado de Mello, Nádia (2015).

Dessa forma, podemos perceber a importância do município não apenas para sua população como para as populações vizinhas, interferindo, assim, na quantidade de transeuntes na cidade e, diretamente, no público consumidor. Essa análise, entra em acordo conforme o objetivo inicial do objeto desse estudo, um mercado para atender não apenas o seu entorno

como também toda a região. Como podemos observar pela figura 11, o mercado está localizado próximo a outros pontos de interesse na cidade, alguns deles considerados patrimônio municipal, são eles: a capela- monumento de Nossa Senhora do Rosário, o conjunto urbano da Praça Benedito Valadares, o Santuário de Santo Antônio, a Antiga Estação Ferroviária e o Museu Histórico de Divinópolis, que possui tombamento pelo IEPHA. Apesar disso, essas edificações se encontram em diferentes níveis de degradação, sendo o museu em estado mais avançado de degradação, inclusive interditado pela Defesa Civil por risco de desabamento de parte da estrutura. É possível, então, compreender que, não apenas o Mercado Municipal, o restante das edificações de grande relevância na cidade também não possui a devida manutenção e cuidado.

Figura 12 – Pontos de interesse próximos ao Mercado Municipal



Fonte: Mapa base Google Maps. Elaborado pela autora (2021).

O Mercado Municipal, está localizado no bairro Centro, circundado por uma das principais vias da cidade, a Rua Antônio Olímpio de Moraes (via amarela) e uma via secundária,

a Rua Itapeçerica (via verde). Pela figura 11, podemos observar que há também uma proximidade com as outras vias de fluxo intenso na cidade, onde são encontrados os pontos de ônibus, nas vias em laranja e em vermelho. Pela imagem, podemos analisar que há uma carência de acesso ao transporte público não apenas no entorno imediato do mercado, como em toda a área central da cidade. Para ter acesso ao transporte partindo do Mercado Central, é necessária uma caminhada de cinco minutos ao ponto mais próximo, que por ser uma via de mão única, não possui uma grande variedade de linhas de ônibus.

A carência de infraestrutura urbana é ainda mais agravante se considerarmos que o centro é uma das áreas de maior adensamento da cidade, com um processo de verticalização acentuado nas últimas décadas, como pode ser observado pelas fotos abaixo.

Figura 13 – Vista aérea do Centro, década de 80



Fonte: Arquivo Público de Divinópolis (198-)

Figura 14 – Vista aérea do Centro



Fonte: Orbit Drone Br (2018).

A região central é composta por usos mistos, predominando o uso comercial nas vias de maior fluxo, ou a presença de comércio no pavimento térreo e unidades residenciais nos

pavimentos superiores. O uso predominante no entorno imediato do mercado é comercial e edifícios mistos, classificados como ZC2 e ZR2, composto por edificações de até três pavimentos. De acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo n° 2.418 de 1988, estabelece-se que o Mercado, a Praça do Mercado e a Capela de Nossa Senhora do Rosário estão inseridos na Zona Especial 3 (ZE-3), compreendendo os espaços, estabelecimentos e equipamentos destinados aos serviços de uso público.

Figura 15 – Zoneamento da área central



Fonte: Guadalupe, 2019. Adaptado pela autora (2021).

A edificação está implantada em uma área plana, com a presença de uma faixa de pedestres elevada na entrada principal, facilitando a circulação de pedestres e pessoas com necessidades especiais. Entretanto, a calçada ao redor da edificação é majoritariamente irregular, com rachaduras, falhas na pavimentação e a interrupção da calçada para a implementação do encanamento de águas pluviais do mercado, dificultando, assim, o deslocamento de pessoas. Também há a presença de vagas de estacionamento em quase toda a circunferência da edificação, o que bloqueia parte da visada das fachadas, desfavorecendo-as.

Figura 16 – Calçada na fachada frontal



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

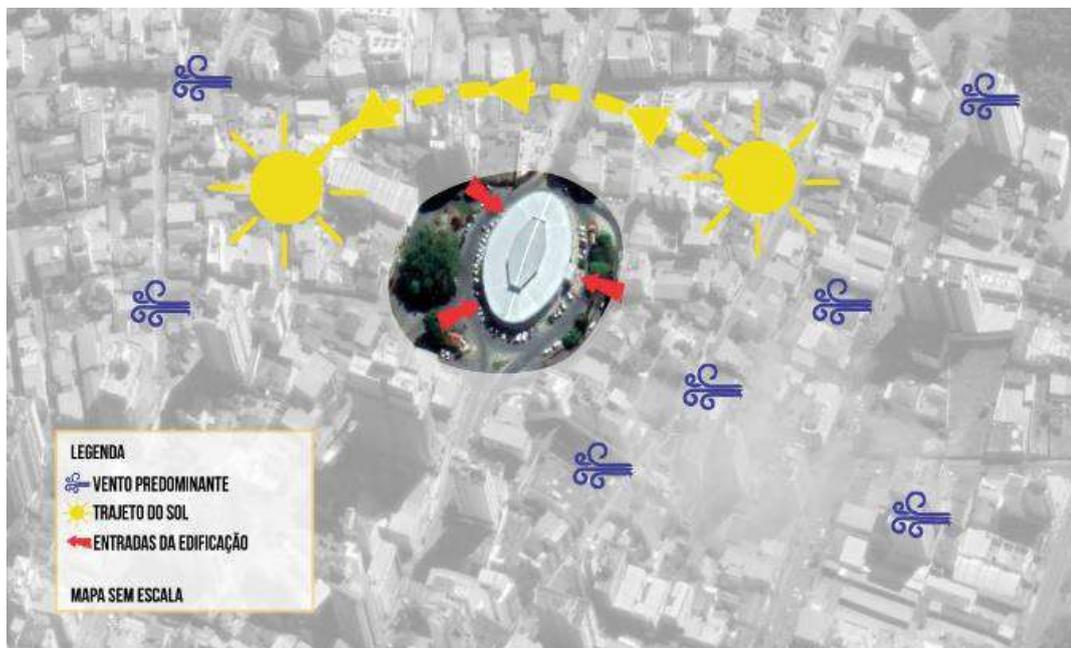
Figura 17 – Estacionamento em frente ao mercado



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

O Mercado Central foi construído em uma região cujos ventos predominantes vêm do Leste, na maior parte do ano, e no restante vêm do Norte (Cemig, 2010). A fachada frontal está voltada para o leste, recebendo insolação na parte da manhã, e a fachada posterior a iluminação do entardecer, como pode ser visto na figura 17.

Figura 18 – Diagnóstico físico-ambiental do Mercado Central



Fonte: Mapa base: Google Maps. Elaborado pela autora (2021).

3.2 Análise estático-construtivo do Mercado Central

A edificação da década de cinquenta foi construída com algumas características da arquitetura modernista, que estava em expansão no momento. Os elementos lineares demarcados por meio de pilares ornamentais nas fachadas, as janelas venezianas em fita, a simplicidade na forma e na organização do espaço e principalmente o uso do concreto armado para a edificação da estrutura são elementos modernistas.

Por se tratar de uma construção oval moderna, as fachadas da edificação possuem elementos em comum, resultando numa uniformidade. As fachadas são alinhadas com o calçamento, ocupando toda a área disponível do terreno e possibilitando a entrada e saída de usuários por suas três aberturas. A fachada principal está voltada para o lado Leste, distinguindo-se das demais, devido a um volume avançando sobre o calçamento e criando, assim, uma cobertura.

Durante suas décadas de existência, o mercado sofreu alterações em sua estrutura, sendo a maior delas a modificação da cobertura em 2018. O projeto original era composto por um vão central que permitia a iluminação como grande característica, mas, em decorrência de patologias graves relacionadas à cobertura, principalmente às infiltrações, sendo assim, a administração do mercado decidiu realizar uma intervenção. Dessa forma, foi implantada uma cobertura metálica que abrange toda a área de ocupação da edificação, inclusive o vão central que era aberto em um pátio.

Figura 19 – Vista superior com antiga cobertura



Fonte: Prefeitura de Divinópolis, 2018.

Figura 20 – Vista superior com cobertura modificada

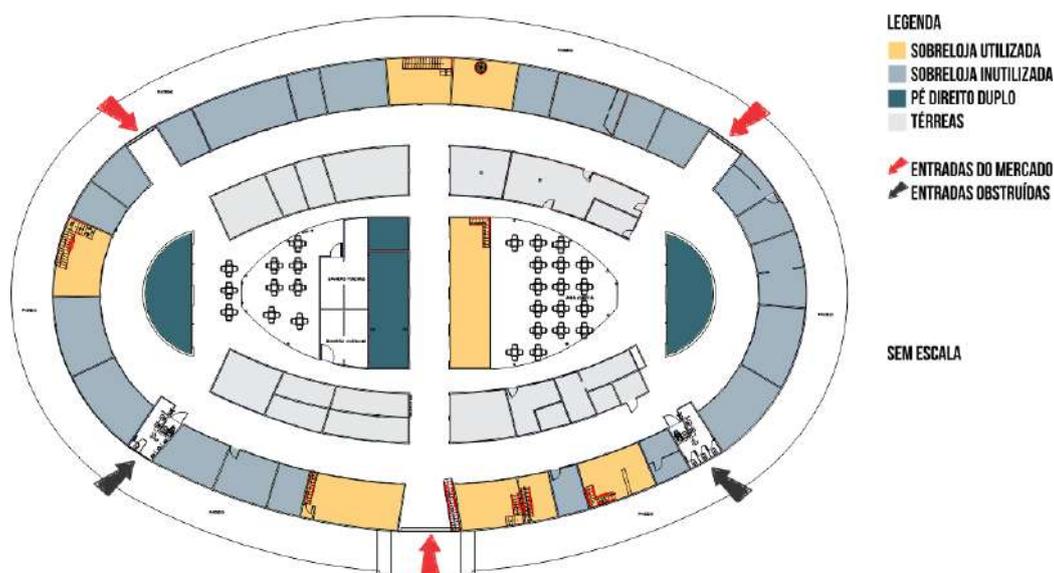


Fonte: Google Earth, 2021.

O mercado foi edificado em formato oval, organizado majoritariamente em um pavimento térreo, com dois círculos de lojas circunscritos. Das 54 lojas da construção, sete

delas possuem sobreloja útil, vinte e duas possuem sobreloja inutilizada e outras quatro possuem pé direito duplo. O projeto original foi projetado com cinco diferentes aberturas para as vias, mas atualmente duas delas foram fechadas para a inserção de novas instalações sanitárias.

Figura 21 – Organização das lojas do Mercado Central



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

3.3 Esquadrias

Nas fachadas externas, existe uma única tipologia de esquadrias com variação de largura, posicionadas de acordo com o distanciamento entre pilares ornamentais de concreto armado. As janelas são venezianas, organizadas em cinco fileiras de cada janela (Figura 21), em que cada uma delas é composta por duas folhas móveis e dez folhas fixas, totalizando três fileiras com quatro colunas de vidro. A estrutura das janelas é em alumínio e suas folhas são em vidro translúcido.

O estado de conservação das janelas externas é precário, muitas apresentam danificações, sejam elas vidros quebrados, sujidades e até mesmo algumas são bloqueadas por peças cerâmicas e outros materiais (como podemos ver pela figura 22), onde há um bloqueio das entradas de ar e luz por peças cerâmicas. Há ainda a aparência de certo grau de corrosão da estrutura metálica, necessitando de uma investigação mais próxima para diagnóstico mais específico. Essas patologias interferem diretamente na iluminação interna das lojas e mesmo nos espaços de circulação e permanência, uma vez que são a única forma de iluminação natural

após a modificação na cobertura. A ventilação natural também é afetada, pois, apesar de toda a extensão da fachada possuir janelas, as folhas móveis são poucas se comparadas com as folhas fixas das esquadrias.

Figura 22 – Esquadrias da fachada posterior



Figura 23 – Detalhe das esquadrias externas



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Diante disso, o ambiente interno do mercado é caracterizado por iluminação precária, corredores escuros e ventilação reduzida, sendo necessária a presença de luminárias para iluminação artificial e ventiladores em alguns pontos para melhorar a circulação de ar. Com o fechamento de duas das entradas, tanto a iluminação quanto a ventilação também foram prejudicadas, ocasionando ambientes abafados apenas moderadamente confortáveis, devido ao pé direito duplo do interior do Mercado.

Internamente, existe uma maior variedade de janelas, mas a maioria delas também são venezianas, variando a tipologia das folhas e formatos, possibilitando mais aberturas e melhor ventilação para os cômodos internos. Nas lojas internas é possível encontrar esquadrias em arco pleno (figura 23), venezianas de duas folhas (figura 24) e venezianas de múltiplas folhas, localizadas nas lojas com pé direito duplo (figuro 25). A maioria dessas esquadrias estão em melhor estado de conservação, uma vez que não estão sujeitas às intempéries e às ações de vandalismo.

Figura 24 – Janela em arco pleno de restaurante



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Figura 25 – Venezianas protegidas com tela de um açougue



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Figura 26 – Esquadrias dos banheiros (a frente) e esquadrias das lojas de pé direito duplo (posteriores)



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Figura 27 – Vista interna das janelas da fachada posterior.



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Nos portões das entradas e na maioria das lojas internas, o fechamento é realizado por meio de porta de enrolar metálica, variando a largura em proporção com o dimensionamento da loja pertencente ou fachada. Além disso, as portas são revestidas com pintura eletrostática, alterando as cores para cada loja e nas fachadas externas são pintadas em preto. Há também fechamentos com portas de vidro, com variações de adesivos nas mesmas. Na figura 27, podemos observar esses dois tipos diferentes de portas, onde há o fechamento em porta de

enrolar pintada de cinza na extrema esquerda, porta de vidro translúcido com adesivo com o nome do petshop e ainda uma loja com vidro temperado preto. Na foto, ainda é possível analisar a tipologia básica do fechamento das sobrelojas, em que são utilizados gradis de ferro pintado como fechamento.

Figura 28 – Diferentes tipos de portas internas.



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

3.4 Cobertura

A construção original possuía cobertura em laje plana de concreto, que permaneceu intacta até o ano de 2018, quando, por causa de patologias graves de infiltração, a administração do Mercado decidiu realizar uma reforma e inserir uma estrutura metálica sobreposta ao vão existente e telhas foram posicionadas sobre a laje plana.

Atualmente, a estrutura metálica é composta por seis tesouras e telhas metálicas. Por serem telhas convencionais, em períodos de chuva, o desconforto acústico é acentuado, pois, por não possuírem nenhum tipo de tratamento acústico, como espumas e até mesmo telhas sanduíche, a reverberação da queda d'água é alta, gerando ruído incômodo.

Em alguns pontos do mercado, o nível de infiltração é grave, causando acúmulo de umidade no concreto armado e mofo, um risco para o enfraquecimento da armadura da estrutura.

Figura 29 – Detalhe da laje com infiltração recebendo pintura



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Figura 30 – Manchas de mofo e infiltração no corredor interno do mercado



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

3.5 Piso

O tipo de piso assentado nas áreas de circulação e áreas livres é um cimentício, altamente deteriorado pelo tempo e que não aparenta ter sido alterado, desde a inauguração do mercado, uma vez que não foram encontradas informações sobre a tipologia no projeto original e não é possível observar vestígios de outros pisos. Além dos desníveis, o piso apresenta diversos tipos de inclinação para o escoamento de água para os ralos posicionados por todo o corredor interno da edificação. Contudo, devido ao estado grave de deterioração do cimento, e caimentos mal executados, foram observadas águas empoçadas por toda a área.

Para além dos desníveis, irregularidades no piso e empoçamento (figuras 31 e 32), foram avistadas na edificação o desprendimento do revestimento e fissuras em diversas localizações. Em alguns pontos, o desprendimento do piso ocupa uma área considerável, expondo o contrapiso, e ainda é possível notar uma tentativa de obstruir a falha, como observado nas figuras 33 e 34.

Figura 31 – Área livre em frente as instalações sanitárias.



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Figura 32 – Destaque para empoçamento ao redor de ralo.



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Figura 33 – Desprendimento do piso e presença de ralo.



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Figura 34 – Desprendimento do piso com exposição do contrapiso.



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Nas áreas dentro das lojas, a tipologia de revestimento dos pisos é variável, compondo uma decisão do ocupante do espaço e locatário a qual tipo de piso será instalado. Em sua maioria, é possível ver revestimentos cerâmicos nos espaços internos, provavelmente devido ao custo e facilidade de limpeza, auxiliando na manutenção frequente da loja.

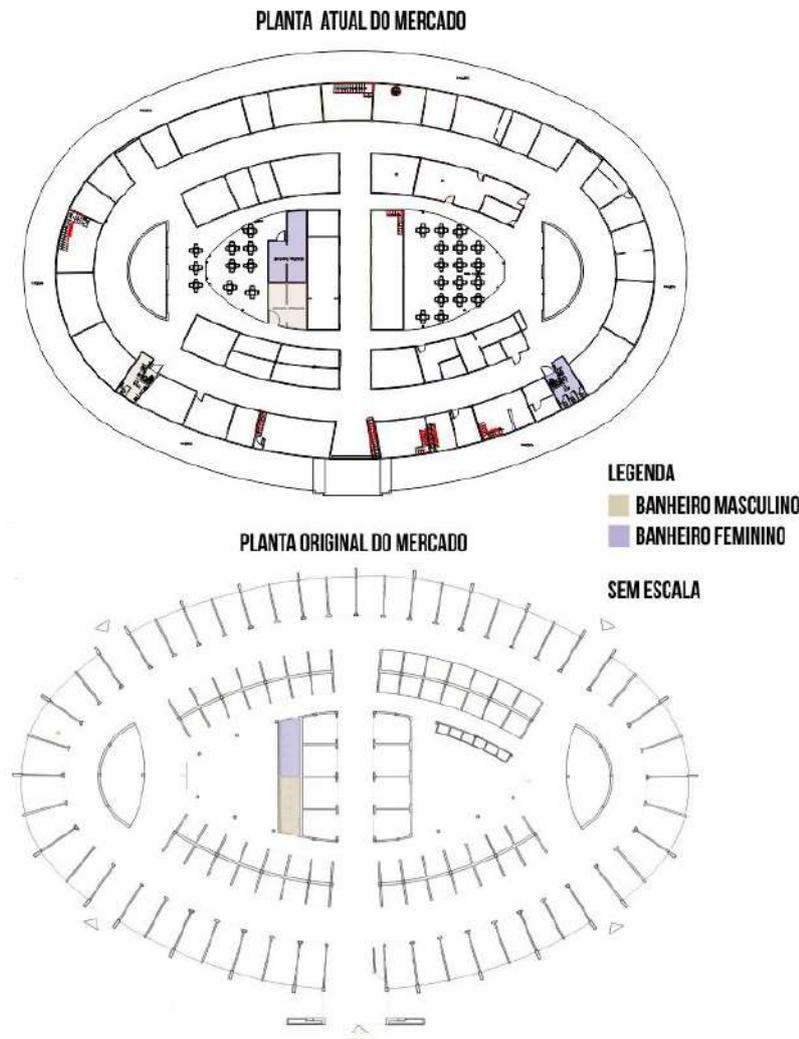
3.6 Instalações hidrossanitárias

As instalações hidrossanitárias estão presentes na área interna do mercado, com aberturas voltadas para os corredores de passagem dos usuários dos estabelecimentos. Essas são separadas em banheiros masculino e feminino, possuindo três sanitários cada. Nenhum dos

banheiros é acessível à portadores de necessidades especiais, mas atualmente encontra-se em andamento a execução de duas instalações sanitárias com previsão de um banheiro PNE cada e outros três sanitários.

O projeto original possuía quatro bacias sanitárias e dois lavatórios para cada tipo de banheiro. Entretanto, não há registros de quando a modificação ocorreu e quais os motivos para tal mudança. É possível notar essas alterações ao se comparar as duas plantas, como na figura abaixo, a qual podemos ver que foram adicionados anexos nos dois banheiros originais e duas entradas foram fechadas para a instalação de novos banheiros. Contudo, apesar das modificações na estrutura original, os espaços são mal aproveitados, super dimensionados e com acessibilidade inadequada, uma vez que são encontrados diferentes desníveis nas entradas.

Figura 35 – Modificações em instalações hidrossanitárias



Fonte: Elaborado pela própria do autora (2021).

Hoje, os banheiros localizados no centro da edificação são revestidos com cerâmica branca nas paredes e cerâmica escura no piso, além de novos equipamentos sanitários. Já nos banheiros localizados nas extremidades do mercado, ainda estão em construção, mas é possível analisar o impacto visual que as novas estruturas já causam na ambiência do mercado, vistas nas figuras 35 e 36. Na figura 35, o impacto da construção é ainda maior, pois há uma criação de um novo volume deslocado do alinhamento das fachadas das outras lojas. Nas duas imagens das instalações hidrosanitárias pode-se analisar que foi definido que as aberturas das janelas originais na fachada serão mantidas, caracterizando ainda mais a incompatibilidade com o projeto da década de 50.

Figura 36 – Novo banheiro masculino em construção



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Figura 37 – Novo banheiro feminino em construção



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

3.7 Usos

O Mercado Central se constitui em uma empresa privada, administrada por alguns dos proprietários de lojas, mas que recebe alguns incentivos por parte da prefeitura, como o apoio na realização de alguns eventos que ocorrem na edificação. Devido ao seu caráter histórico e função social, o mercado permanece com seu princípio básico: a junção de diferentes comércios para atender às demandas da população local, onde é possível encontrar estabelecimentos do ramo alimentício como bares e restaurantes, até uma loja de pet shop.

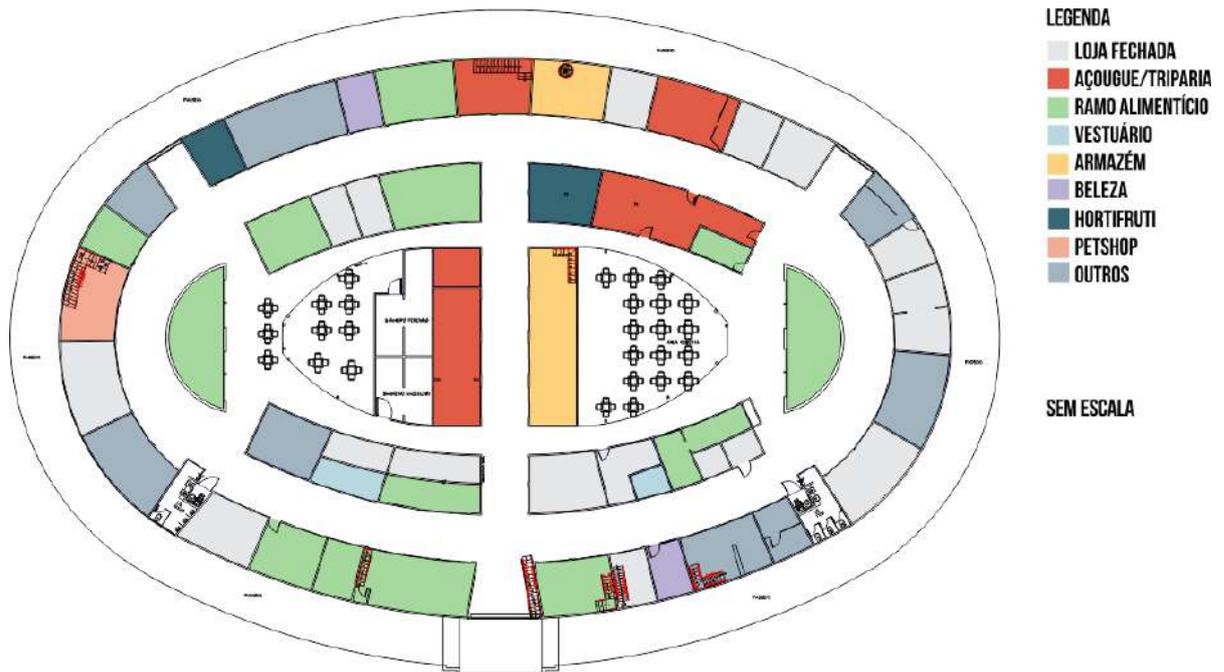
No passado, nos primeiros anos após a inauguração do mercado, havia uma singularidade importante para a população da região: foi organizado de modo que algumas das lojas fossem responsáveis pela venda de produtos agrícolas de escolas rurais, característica marcante do mandato do prefeito Luís Fernandes, como podemos ver pelo relato a seguir.

Nesse Mercado, foram disponibilizados boxes para a venda do excedente da produção agrícola de cada uma das Granjas Escolas Rurais. Essas foram criadas, implantadas e operacionalizadas por ele, contando com o trabalho incansável de suas diretoras e professoras além da assistência técnica da ACAR, atual EPAMIG. A renda de cada escola revertia para ela mesma, como polo difusor de técnicas agrícolas e de economia doméstica na sua região, sendo sua produção distribuída primeiramente para a própria escola e a comunidade local. (Relato de Maria Luiza Pimentel de Sousa, filha do ex-prefeito Luís Fernandes de Souza)

Décadas após sua inauguração, o mercado deixou de apoiar as escolas rurais, ao mesmo tempo em que também foi perdendo sua importância como polo comercial. Com o baixo fluxo de consumidores no mercado, os proprietários de lojas se organizam desde 2015 para oferecerem pequenos eventos e atrações aos sábados para captar clientes, contratando músicos para shows ao vivo. No entanto, com a pandemia de COVID-19, todas as atividades foram suspensas e o mercado ficou meses fechado, comprometendo a receita das lojas e levando muitas delas a serem fechadas. Dessa forma, das 54 lojas da edificação, 16 estão fechadas, a maioria delas na região norte do espaço, resultando em um menor fluxo de usuários nessa área do mercado. Atualmente, o maior movimento de consumidores está relacionado ao setor alimentício, caracterizado por bares e restaurantes tradicionais do mercado que captam um público estável. Estes estabelecimentos estão localizados em pontos distintos do mercado, o que determina uma ocupação espontânea e sem setorização de usos.

Na figura 38, podemos, então, observar a localização dos estabelecimentos de acordo com o seu uso. O mercado então está distribuído em: treze lojas relacionadas ao ramo alimentício (bares, restaurantes e lanchonetes), três açougues e duas triparias, uma sapataria e oficina de costura (qualificado como vestuário na legenda da figura), armazém e venda de produtos naturais, uma barbearia e um salão de beleza, duas vendas de hortifrutí, um pet shop, duas tabacarias, uma peixaria, um despachante, queijarias e um depósito, estes últimos classificados como outros usos.

Figura 38 – Setorização dos usos das lojas



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

4. ANÁLISE DE FRAQUEZAS E POTENCIALIDADES

Após a apresentação das características arquitetônicas da edificação, foi necessária a análise e diagnóstico da mesma, além do seu entorno imediato, para a determinação dos principais pontos a serem trabalhados no projeto de requalificação do Mercado Central. Para a elaboração de uma proposta assertiva e que se adeque à realidade sociocultural do ambiente, foi necessária uma análise que explorasse as diferentes perspectivas do objeto de estudo e, para este trabalho, foi escolhida a análise SWOT para embasamento do projeto.

A análise SWOT, ferramenta, ou matriz, é a composição da análise dos ambientes externos e internos ao objeto em estudo, geralmente relacionados ao planejamento estratégico, mas, devido à sua composição flexível, é possível utilizá-la em diferentes produtos, inclusive em projetos arquitetônicos. Segundo Fernandes (2012), a matriz possui duas possíveis origens, em que a primeira é atribuída a Albert Humphrey, antigo professor da Stanford University, durante um estudo sobre as maiores empresas dos Estados Unidos na década de sessenta. E a outra possível origem está relacionada a dois professores da Harvard Business School: George Albert Smith Jr e C. Roland Christensen, durante seus estudos na década de cinquenta. A matriz é dividida em quatro fatores, sendo eles forças e fraquezas (ambiente interno) e oportunidades e ameaças (ambiente externo), ou em inglês SWOT: strenghts, weaknesses, opportunities e threats, respectivamente.

De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e seu Planejamento Estratégico de 2013, as categorias da matriz podem ser exploradas da seguinte forma:

- Forças: são as qualidades que potencializam suas características;
- Fraquezas: são as características que dificultam ou vulnerabilizam a entidade;
- Oportunidades: são as situações externas que aliadas às forças potencializam o objeto;
- Ameaças: são as características que se não eliminadas, ou até mesmo, evitadas pela entidade, comprometem o sucesso do objeto de estudo.

Dessa forma, aplicando as categorias da matriz na análise do Mercado Central, foi elaborado o seguinte diagrama (figura 39), com os principais pontos a serem abordados nas diretrizes do projeto de requalificação.

Figura 39 – Análise de matriz SWOT (“FOFA”)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os pontos abordados no diagrama serão explorados a seguir.

4.1 Forças

O mercado, apesar de não fazer parte do conjunto de edificações de tombamento municipal, está intrinsecamente relacionado à cultura e à história de Divinópolis, consistindo, então, como patrimônio imaterial da cidade. Mesmo que atualmente o mercado possua um fluxo menor de usuários, ele permanece como ponto importante e referência para a população. Além dessa característica básica, as “forças” da edificação estão relacionadas diretamente com sua composição construtiva, que oferece um espaço amplo, com um bom aglomerado de lojas e espaços livres na região mais adensada da cidade. Desse modo, essas características representam as maiores potencialidades a serem exploradas no projeto a ser desenvolvido que, aliadas às oportunidades, configuram os princípios a serem respeitados ao estabelecer as diretrizes.

4.2 Fraquezas

As características da edificação, as quais potencializam sua vulnerabilidade quanto a um espaço comercial, estão em sua maioria relacionadas às intervenções posteriores a inauguração da edificação como a modificação dos banheiros, as alterações no piso, as janelas com obstruções e a presença de vagas de estacionamento em todo o perímetro da edificação. Entretanto, os pontos de maior atenção estão diretamente conectados com a cobertura, como o desenvolvimento de patologias que resultou na adição de uma cobertura metálica em toda a área. Esta, por sua vez, alterou a iluminação interna da edificação e a circulação de ar.

Os pontos apresentados são relativamente simples de serem alterados com um bom projeto de requalificação do mercado, uma vez que são adições no projeto original, cujos benefícios não superam a descaracterização do conjunto da edificação.

4.3 Oportunidades

Uma das principais potencialidades do mercado está relacionado à sua implantação no Centro de Divinópolis. Por ser uma das primeiras edificações da área, o entorno se desenvolveu ao seu redor, bem como as vias, de forma que atualmente todo o seu perímetro possua visadas diferentes, beneficiadas ainda mais pelas diferentes entradas da edificação. Das três entradas restantes, duas delas são voltadas para a Praça do Mercado, um pequeno espaço público arborizado, com alguns equipamentos urbanos, que pode ser melhor aproveitado com um estudo de usos e ocupações distintas, bem como a realização de eventos em conjunto com o Mercado. É possível observar a praça pelo conjunto de imagens abaixo, em que é possível ver a presença do mobiliário, assim como as alterações de acessibilidade executadas pela prefeitura no último ano.

Figura 40 – Visada norte da praça



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Figura 41 – Visada Oeste



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Figura 42 – Visada sudeste



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Figura 43 – Visada sudoeste



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Ademais, o mercado está envolto às celebrações culturais marcantes da cidade, como é o caso do reinado e celebrações do carnaval. Como abordado anteriormente, a Festa do Reinado é uma celebração antiga, anterior à organização do complexo urbano como Divinópolis, do período em que a região ainda era um arraial. Desse modo, constitui uma das festividades mais marcantes da cidade, mesmo que atrelada a instituições religiosas, organizada ao redor da Praça do Mercado e vias do entorno. O carnaval, por sua vez, voltou a ser realizado, após décadas interrompido, quando, em 2016, Cléo Mesquita, organizou um bloco com amigos, afim de resgatar o carnaval de rua de Divinópolis. Desde então, o bloco celebra a comemoração

na Praça do Mercado, durante o período do carnaval ou no “pré-carnaval”. Sendo assim, seria interessante abordar esses aspectos durante o projeto de requalificação, principalmente no que diz respeito às infraestruturas comuns, como banheiros e mobiliários, para atender não apenas ao público convencional do mercado como também aos celebrantes.

4.4 Ameaças

As ameaças apontadas no diagrama podem ser agrupadas em ameaças relativas ao uso e ocupação tanto da edificação como do entorno do Mercado Central. A queda dos consumidores, que pode ser resultado das fraquezas já discutidas, afetam diretamente no fluxo de pessoas ao redor da edificação, bem como na ocupação das lojas do mercado, uma vez que, sem muitos consumidores, o mercado deixa de ser atrativo para proprietários de loja se instalarem. Isso também resulta na baixa manutenção dos espaços livres, que não obtém cuidados justamente por não haver incentivo suficiente que justifique o uso de verbas para espaços pouco utilizados.

Ademais, devido ao horário restrito de funcionamento, geralmente de oito da manhã às seis da tarde, a região da Praça do Mercado se torna vazia, pouco atrativa para frequentadores e que é relativamente insegura para longas permanências. Apesar disso, e as outras características apontadas pela matriz SWOT, o Mercado possui potencial para ser desenvolvido e transformado novamente na referência comercial da cidade de Divinópolis.

5 OBRAS ANÁLOGAS

5.1 Mercado de San Miguel

Responsável por receber mais de dez milhões de visitantes por ano, de acordo com o site oficial, o Mercado de San Miguel, localizado em Madrid, na Espanha, foi restaurado no começo do século XXI para atender as novas demandas da região. Com projeto original do arquiteto Alfonso Dubé y Diaz, a construção teve o intuito de substituir o comércio a céu aberto que ocupava a mesma área (Branco, 2014).

Conforme aponta Quartilho (2014), a edificação foi construída em duas etapas, uma em 1913 e outra em 1916, para que as obras não afetassem o comércio que já se desenvolvia no local. O mercado foi produzido em estrutura de ferro e vidro seguindo o estilo eclético (figura 44), contando com colunas ornamentadas, telha cerâmica colonial (capa e canal) e iluminação interna por lanternas no estilo fernandino, preservada até os dias atuais, como podemos ver pela figura 45.

Figura 44 – Mercado de San Miguel, começo do séc. XX



Fonte: Soleá (2018).

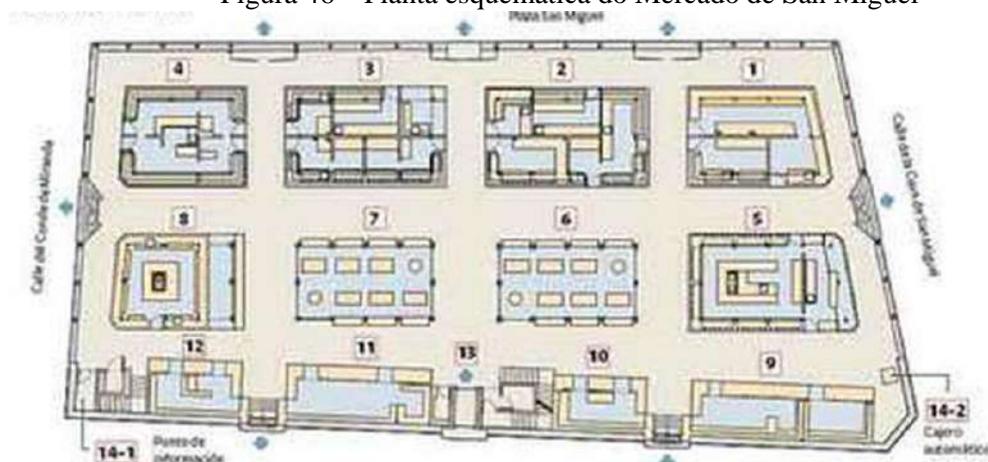
Figura 45 – Detalhe da iluminação interna do Mercado de São Miguel



Fonte: Soleá (2018).

Originalmente o mercado comportava 75 estandes de venda, mas atualmente, após os projetos de restauro executados posteriormente à privatização do mercado em 2003, existem 34 lojas e bancas (QUARTILHO, 2014). O número de unidades foi drasticamente reduzido devido ao aumento do espaço interno de algumas lojas e em alguns pontos do Mercado de San Miguel foram unificados para comportar espaços de convívio (figura 46).

Figura 46 – Planta esquemática do Mercado de San Miguel



Fonte: El País (2007).

Após a finalização das obras de restauro conduzida pelo arquiteto Juan Miguel Alarcón García e com investimento de mais de dois milhões de euros (Él País, 2007), o mercado foi inaugurado em 2009. De acordo com Quartilho (2014), o “mercado” foi inaugurado em um “formato gourmet”, onde são investidas a oferta de produtos tradicionais do país em alta qualidade. Esta característica, aliada à localização da edificação (ao lado da Plaza Mayor) e o restauro do edifício contribuem para a atração de turistas e consumidores, transformando o antigo espaço de venda e comércio em uma área de convívio (figura 47).

Figura 47 – Vista interna do Mercado de San Miguel



Fonte: Madri Film Office (2019).

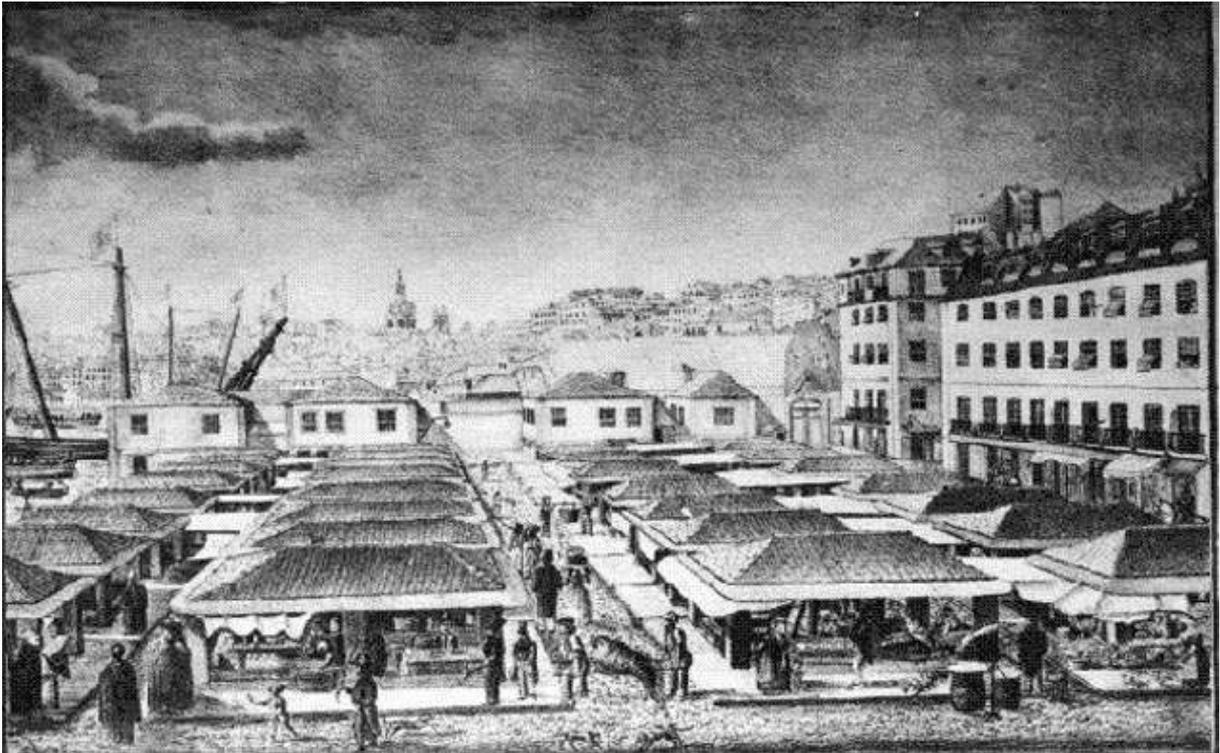
5.2 Mercado da Ribeira

O Mercado da Ribeira, atualmente conhecido como Time Out Market – Lisboa, fica localizado na capital de Portugal, Lisboa. A edificação passou por diversas modificações, desde sua construção em 1882, sendo a última delas o projeto de restauro para a empresa privada Time Out que culminou na mudança de seu nome.

Antes mesmo que o mercado tivesse seu primeiro formato construído, no final do século XIX, a região já se estabelecia como área de comércio de frutas, legumes e peixes, por meio de barracas e “telheiros” (Gomes, 2017). De acordo com Gomes (2017), no século XVIII o Marquês de Pombal determinou a construção de novos mercados para a cidade de Lisboa,

uma vez que o terremoto ocorrido em 1755 destruiu grande parte da cidade e conseqüentemente das estruturas dos mercados existentes. Dessa forma, o Mercado da Ribeira Nova surgiu contando com 132 telheiros/cabanas e 256 bancas de vendas, como pode ser visto na gravura de Eduardo Portugal – figura 48 (Medeiros, 1994 *apud* Gomes, 2017).

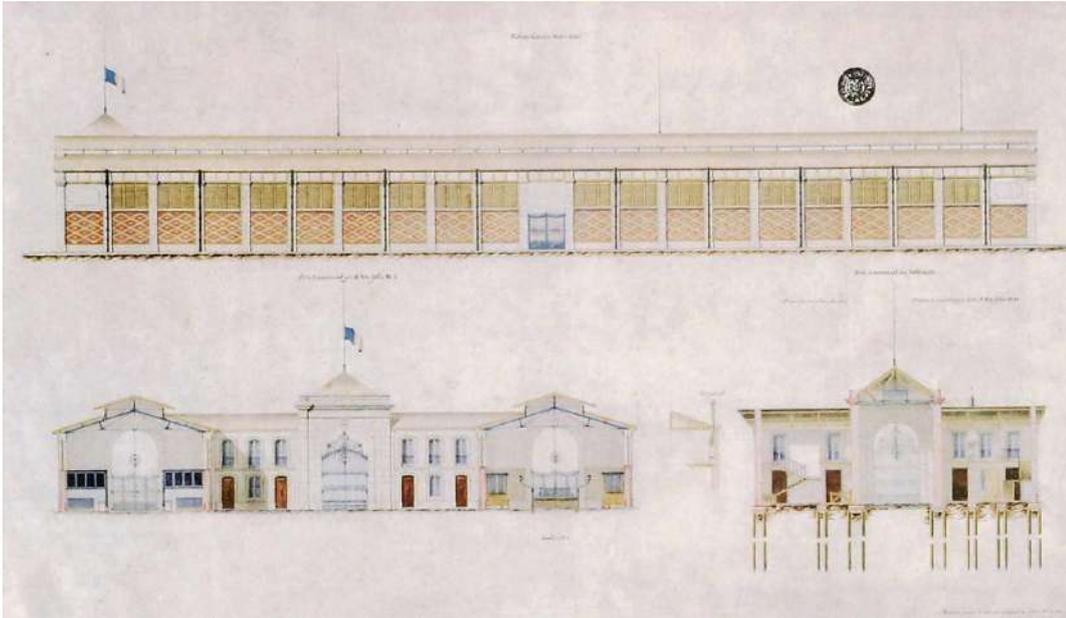
Figura 48 – Mercado da Ribeira Nova em sua forma primitiva



Fonte: Gomes, (2017).

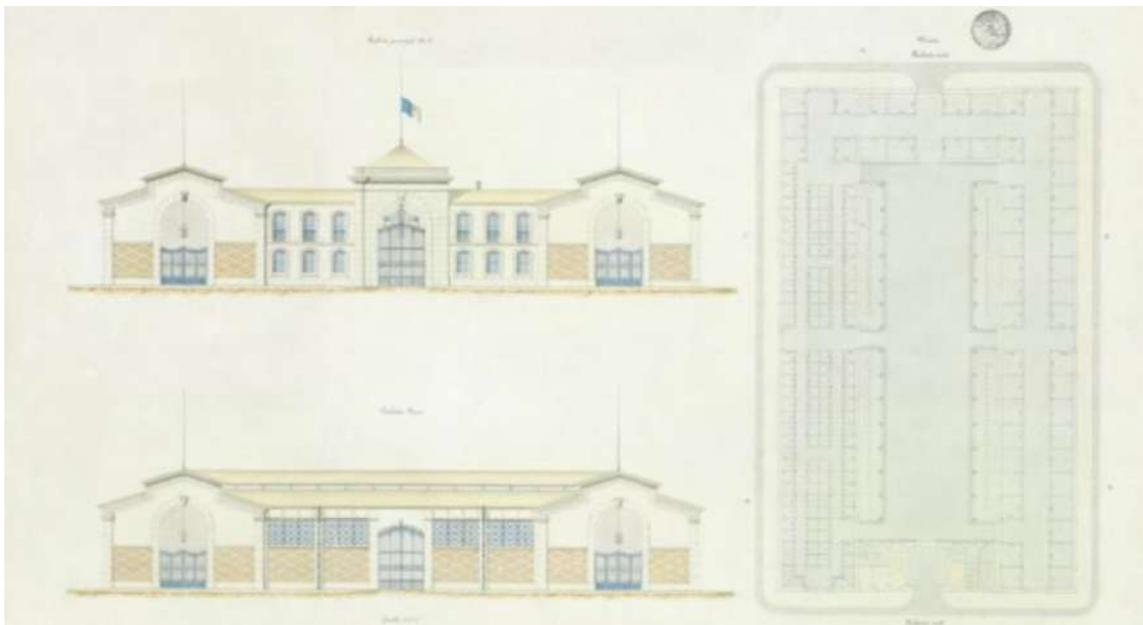
Visando melhorias para os comerciantes e compradores, pouco mais de um século depois, o Mercado da Ribeira Nova é demolido. Em seu lugar é construído o projeto do engenheiro Ressano Garcia, desenhado com cobertura em estrutura de ferro e cantaria – figuras 49 e 50 (BRANCO, 2014).

Figura 49 – Desenho de fachadas do Mercado 24 de Julho (Mercado da Ribeira)



Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (1876)

Figura 50 – Desenho de fachadas e planta baixa

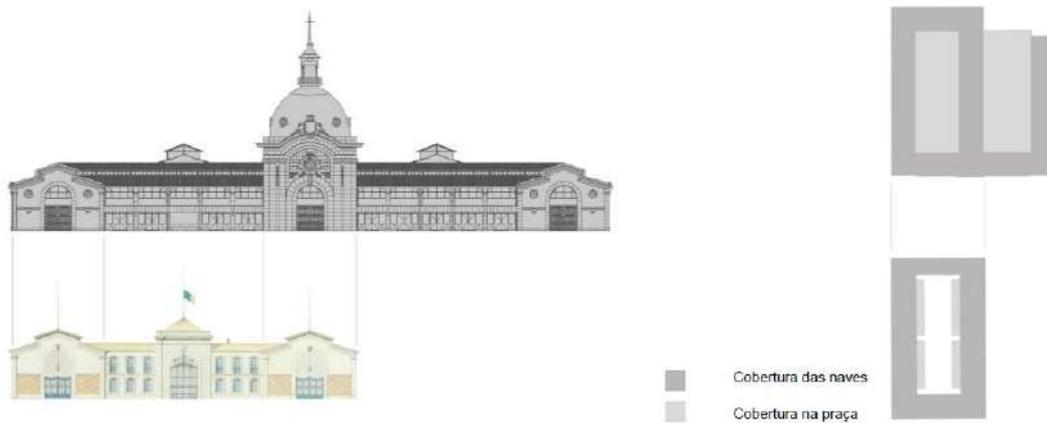


Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (1876).

Pelas figuras, podemos analisar que o mercado de 1882 se organizava em uma planta retangular, com lojas localizadas em círculos circunscritos e pátio central livre; as entradas estavam situadas em cada fachada da edificação, totalizando 4 entradas. Onze anos depois de inaugurado, em 1893, ocorre um incêndio no mercado e parte da construção é destruída

(Gomes, 2017). Diante do acidente, foi vista a possibilidade de ampliação do mercado, readequação dos espaços e modernização da fachada para o estilo da época. O projeto de ampliação é do arquiteto João Antônio Piloto, finalizado em 1930, cuja principal característica foi a construção de uma nova entrada adornada com cúpula e lanterna (Gomes, 2017).

Figura 51 – Esquema de reconstrução do Mercado



Fonte: Gomes (2017).

Figura 52 – Mercado 24 de julho



Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (1930).

Nas décadas seguintes, o Mercado da Ribeira modifica sua organização diversas vezes, como a construção de novas lojas na década de 40 e 80, a extinção do matadouro de aves que funcionava em suas dependências também na década de 80, e, por fim, a requalificação do pavimento térreo (Time Out, 2020). Nesse período, o público consumidor do Mercado da Ribeira se alterou, bem como de outros mercados da cidade de Lisboa, como aponta Guimarães (2020). De acordo com o autor, estão ocorrendo mudanças nas tipologias comerciais que antes eram majoritariamente relacionadas a produtos alimentares, mas atualmente a organização se comporta de maneira distinta:

A diminuição da taxa de ocupação tem feito com que, muitas vezes, no lugar onde antes estavam talhos, peixarias e demais comerciantes similares, agora se encontre comércio e serviços diversos, como papelarias e esteticistas. Apesar de o comércio alimentar ainda possuir um peso significativo nos espaços ocupados nos mercados, apenas 11 mercados (em Lisboa) possuem mais de 60% de espaços destinados a esta tipologia. (Guimarães, 2020, p. 12)

Tendo em vista essas mudanças no funcionamento dos mercados e do público consumidor, a empresa privada Time Out ganhou a concessão em 2010 para intervir no Mercado da Ribeira. Reinaugurado em 2014 com o projeto do arquiteto Francisco Aires Mateus, o restauro teve como princípios a “[...] ocupação do espaço com vários usos, com elementos reversíveis e que não retirem a leitura do edifício original” (Gomes, 2017, p.18). As maiores modificações podem ser notadas na antiga área central de venda de produtos que foi transformada em uma praça de alimentação (Figura 53 e 54). No total, o mercado agora possui 28 restaurantes, 8 bares, sala de eventos, espaços comerciais, sala multiuso, clube noturno, estúdio e coworking, além das áreas reservadas ao comércio de “frescos” (Figura 55 e 56).

Figura 53 – Praça de alimentação



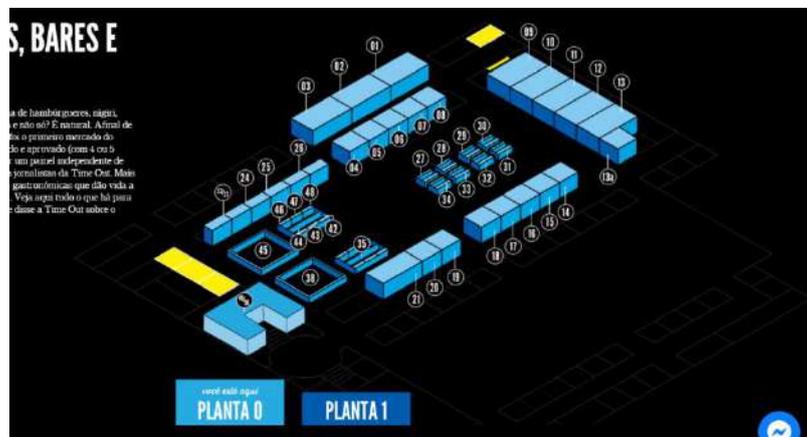
Fonte: Time Out (2018).

Figura 54 – Restaurante do Time Out Market – Lisboa



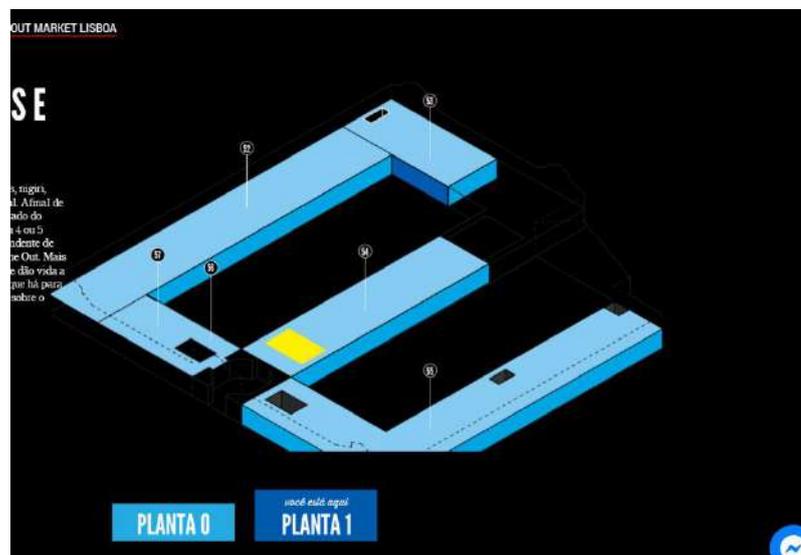
Fonte: Time Out (2018).

Figura 55 – Diagrama do pavimento térreo do Time Out Market



Fonte: Adaptado de Time Out Market (2022).

Figura 56 – Diagrama do primeiro pavimento do Time Out Market



Fonte: Adaptado de Time Out Market (2022).

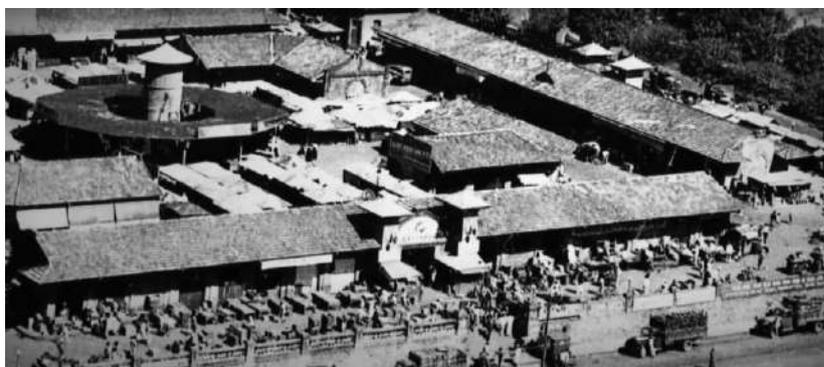
Além das intervenções internas, a Time Out Market investiu em um quiosque localizado na praça ao lado do mercado, uma área de estacionamento e esplanadas (Araújo, 2021).

5.3 Mercado Central

Inaugurado em 7 de setembro de 1929, o Mercado Central de Belo Horizonte, Minas Gerais, representa até os dias atuais a pluralidade comercial com a qual foi inaugurado no começo do século XX. Com o crescimento da população na capital mineira que dobrava a cada década, foi necessária a construção de uma centralidade mercantil, visto que o antigo mercado municipal não atendia mais às demandas da cidade (Netto; Diniz, 2001).

Ocupando uma quadra composta por 22 lotes, o Mercado Central se caracterizava por um mercado aberto, composto por quatro pavilhões isolados, subdivididos em 36 lojas cada, e quatro pavilhões centrais, divididos em oito lojas, totalizando 1050 m² de área construída e 14.00m² de área de implantação (Costa, 2006). O comércio concentrava-se em lojas do ramo alimentício, como mercearias, cafés e venda de peixes, aves e carnes. Originalmente o mercado possuía uma entrada em cada uma das quatro vias de acesso. De acordo com Netto e Diniz (2001), o mercado se organizava a céu aberto, com vias de circulação para os pedestres e até mesmo para automóveis em determinadas áreas (figuras 57 e 58).

Figura 57 – Vista aérea do Mercado Central



Fonte: Acervo do Mercado Central de Belo Horizonte.

Figura 58 – Corredor interno do mercado



Fonte: Acervo do Mercado Central de Belo Horizonte.

Em 1964 o mercado, que havia sido construído pela prefeitura, teve seu terreno vendido para seus próprios lojistas, que fundaram uma cooperativa, a Cooperativa de Construção dos Ocupantes do Mercado, a fim de mantê-lo na posse dos próprios comerciantes (Andrade, 2017). No documento de venda exigia-se que fosse construída uma cobertura (figura 59), de maneira a transformar o mercado em um local mais higiênico e moderno. Contudo, posteriormente, essa cobertura foi transformada em estacionamento para atender às novas demandas dos usuários.

Figura 59 – Vista aérea do Mercado Central



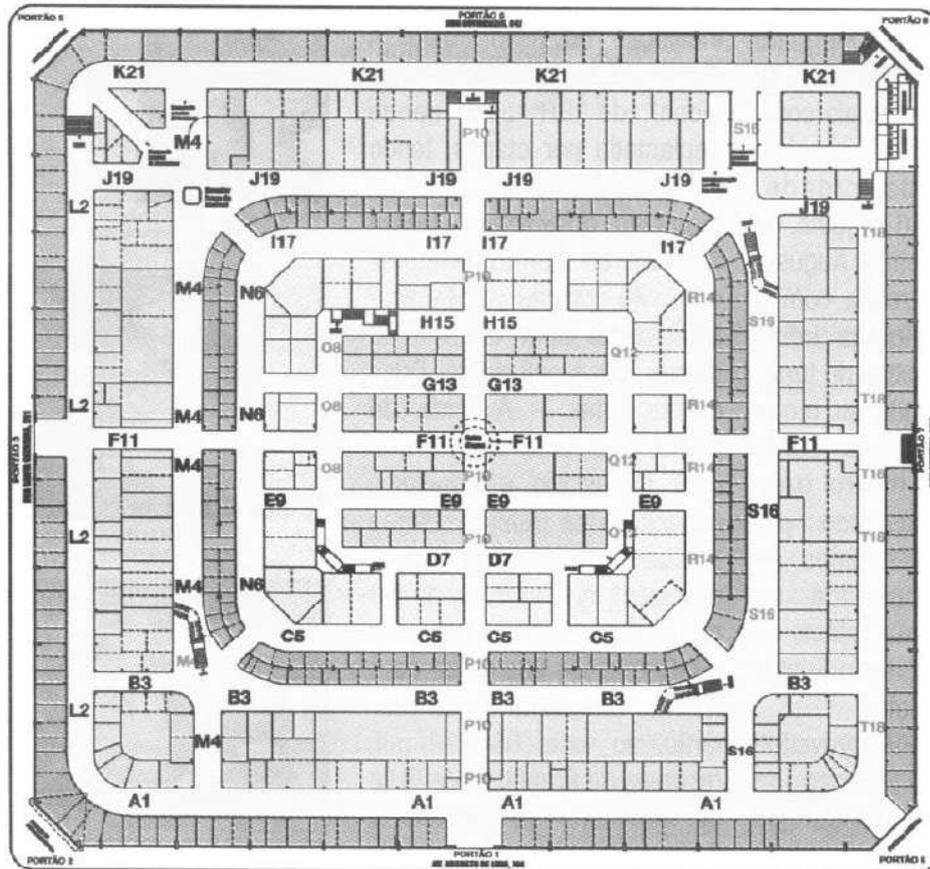
Fonte: Projeto de Ampliação do Mercado Central de Abastecimentos e Serviços (2015).

Além das modificações quanto a cobertura, outras reformas foram realizadas ao longo dos anos, transformando os tabuleiros expositivos dos comerciantes em boxes, adicionando elevadores para maior acessibilidade ao estacionamento e a atualização de instalações elétricas e hidráulicas (Netto; Diniz, 2001).

Atualmente, o Mercado Central é organizado em três pavimentos, em que o térreo detém as 400 lojas da edificação, que são organizadas em círculos concêntricos e corredores paralelos, perpendiculares e transversais (figura 60). Nos outros dois pavimentos, estão as áreas

técnicas, administrativas e o estacionamento. O mercado não possui áreas livres e de permeabilidade, possuindo 100% da taxa de ocupação.

Figura 60 – Planta baixa do Mercado Central



Fonte: Netto E Diniz (2001).

Assim como em sua fundação, o Mercado Central de Belo Horizonte continua apresentando uma pluralidade de produtos e serviços oferecidos. De acordo com Andrade (2017), os produtos principais oferecidos originalmente como legumes e verduras perderam espaço com o desenvolvimento dos supermercados e sacolões. No entanto, outros produtos começaram a ser comercializados, como produtos naturais, suplementos alimentares e produtos para musculação (Andrade, 2017). Outra categoria que possui destaque são os bares e restaurantes, responsáveis pela mudança de reorganização do mercado ao adaptarem seus espaços para comportar mesas e cadeiras, ou simplesmente manter o atendimento original nos balcões (clientes em pé).

Além do dinamismo do atendimento, Andrade aponta diversidade nas faixas etárias, com concentração em adultos e pessoas de meia idade, escolaridade e renda.

6. SOBRE A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Este capítulo apresenta o memorial descritivo do projeto de revitalização para o Mercado Central de Divinópolis – MG. A partir das referências bibliográficas e análise de obras análogas, foi possível compreender como os mercados são importantes para as organizações sócioespaciais e econômicas das cidades, funcionando como “espaços de vitalidade” (Filgueiras, 2006) e patrimônios culturais.

Diante disso, foi elaborado um novo programa de usos e reorganização espacial para o Mercado Central de Divinópolis atender as novas demandas de uso e ocupação. Além disso, foram consultadas as normas técnicas de acessibilidade e segurança ABNT 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) e a NPT 011 (Saídas de emergência) para as devidas readequações dos espaços construídos.

Para melhor conformidade deste trabalho, os desenhos técnicos se encontram no Apêndice A.

6.1 Programa de usos

O programa pretendido foi realizado de acordo com o diagnóstico em três instâncias da metodologia de Di Angelis, análise da matriz SWOT, as normas técnicas e as teorias do Restauro abordadas nesse trabalho. Dessa forma, o histórico da edificação e as demandas foram os principais norteadores para a proposta, uma vez que as modificações realizadas ao longo dos 63 anos de utilização do mercado e os parâmetros mínimos necessários delimitaram o novo projeto.

Observando-se o uso e configuração atual do mercado, propõe-se uma nova setorização das lojas, bem como a integração dos espaços de convivência, modificação das instalações sanitárias e novas infraestruturas de acessibilidade. Também foi elaborado uma proposta inicial para o entorno do mercado.

Diante disso o projeto contemplará espaços comerciais, de convivência e administrativos, além de uma área expográfica para rememoração da história do mercado. A seguir está a tabela com a divisão prevista no projeto:

Tabela 1: Programa projetual proposto			
Localização	Espaço	Quantidade	Área

Térreo	Restaurantes	8	Média de 25 m ²
	Banheiros	3	Média de 18 m ²
	Fraldário	1	4 m ²
	Lojas	8	Média de 16 m ²
	Açougue	2	Média de 30 m ²
	Estandes	13	Média de 20 m ²
	DML	1	7 m ²
	Administração	1	11 m ²
	Praça de alimentação	1	317 m ²
Mezanino	Restaurantes	3	Média 117 m ²
	Bar	1	65 m ²
	Banheiros	4	Média 4 m ²
	DML	1	6 m ²
	Sala funcionários	1	52 m ²
	Sala expositiva	1	29 m ²

Fonte: Autoria própria

6.2 Memorial descritivo e justificado

O Mercado Central de Divinópolis se insere no contexto urbano como símbolo do progresso e desenvolvimento da cidade na metade do século XX, em que utilizou da arquitetura modernista para revitalizar um espaço parcialmente abandonado. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário que ocupava sua área, bem como o seu cemitério, integrava um espaço único de socialização e cultura, principalmente a religiosa, utilizado para diferentes celebrações e festejos, mesmo com o progressivo abandono das edificações.

No entanto, com a demolição das estruturas existentes e a construção da nova edificação moderna, parte desse espaço de convívio foi prejudicado. Essa situação se agravou ainda mais com o avanço da urbanização da cidade, que teve um grande adensamento da área central e desenvolvimento viário principalmente devido à popularização dos automóveis no país. Como resultado, o Mercado Central, que fora construído num espaço de praça pública, hoje se insere em um único quarteirão circundado por vias coletoras e que possui uma pequena praça ao lado. Além da praça, há também a capela construída em homenagem à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que se insere como elemento único no meio das vias, como podemos comparar nas figuras 61 e 62.

Figura 61 – Vista lateral da Igreja do Rosário



Fonte: Arquivo Público Municipal

Figura 62 – Vista lateral do mercado e capela



Fonte: Arquivo Público Municipal

Na figura 61, podemos perceber diversas pessoas circulando pelo largo da igreja, em uma área ampla e vazia. Já na figura 62, observamos a presença de muitos carros ao lado das edificações e nenhuma pessoa ocupando esses espaços, característica comum percebida nos dias de levantamento e diagnóstico para esse trabalho.

Dessa forma, a revitalização do mercado como espaço de vivência foi o principal foco do projeto, de modo que as decisões projetuais proporcionassem melhor integração dos espaços e socialização. Também foi abordada uma proposta inicial e diretrizes para revitalização do

entorno do mercado, que será apresentada posteriormente no trabalho. A necessidade de tratar do entorno se deve à conclusão do diagnóstico do mercado que demonstrou como suas adjacências possuem relação direta com o funcionamento do mercado e que, por isso, são elementos indissociáveis.

Para a definição do projeto, foram utilizados como princípios básicos a Teoria do Restauro Crítico, de Cesare Brandi, e a Teoria Contemporânea do Restauro, abordada por Salvador Muños Viñas. Diferentes aspectos das teorias foram aplicados no projeto, principalmente os parâmetros de distinguibilidade, reversibilidade, autenticidade, objetividade e universalidade. Esse embasamento teórico atribui aspectos importantes ao intervencionar uma edificação, uma vez que, por meio dos conhecimentos adquiridos pelo objeto de estudo, seus aspectos físicos, históricos e sociais, as modificações a serem realizadas durante o processo de restauro irão respeitar a edificação. Assim, serão conservados os elementos demonstrativos da passagem do tempo da edificação, bem como as novas partes estas que deverão compor harmoniosamente o conjunto, características essas que compõe o restauro crítico-conservativo.

Desse modo, decidiu-se conservar o exterior da edificação e realizar as principais modificações internamente, de modo a não gerar grandes impactos no entorno já estabelecido e na referência estética já consolidada. Nas fachadas, a modificação realizada foi a troca das esquadrias, que atualmente são compostas por mais folhas fixas do que móveis (figura 63). Com a troca, propõe-se maiores vãos de ventilação por meio de janelas basculantes, sem folhas fixas, em vidro translúcido e alumínio como da figura 64. Assim, as janelas irão se integrar harmoniosamente no conjunto sem que o mercado perca o aspecto autêntico.

Figura 63 – Detalhe das esquadrias da fachada leste



Fonte: Acervo próprio da autora (2021)

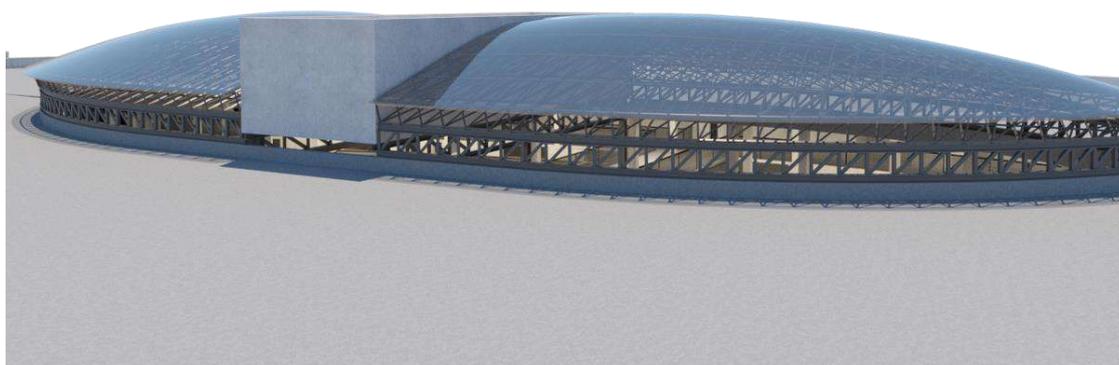
Figura 64 – Janela Basculante



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

A cobertura, um dos aspectos mais contemporâneos do projeto, foi proposta com estrutura de treliças planas, treliças espaciais e vedação em vidro (figura 65). Optou-se por retirar a cobertura metálica existente, pois a mesma não se adequava à estética modernista do projeto, além de restringir a iluminação natural que os pátios abertos do mercado possuíam naturalmente.

Figura 65 – Nova proposta de cobertura

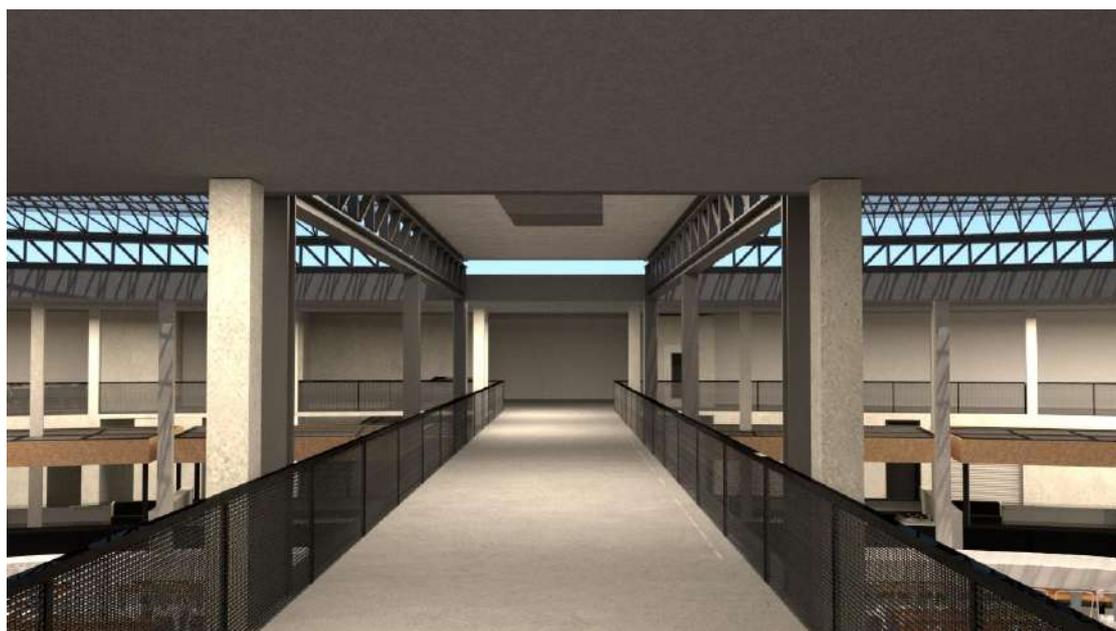


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Desse modo, a nova proposta permite, por meio do fechamento em vidro laminado, iluminar quase inteiramente o mercado de forma natural durante o dia. As placas de vidro são fixadas pelo sistema *spider glass* apoiadas na treliça espacial, que por sua vez é apoiada em uma treliça plana. A treliça plana funciona como grelha de ventilação e viga de apoio, de modo que não há fechamento em vidro e apenas telas para bloquear a entrada de animais e insetos. A estrutura da cobertura é apoiada, então, na laje de concreto existente, que necessita de uma investigação mais adequada para determinação de reforços estruturais ou não.

Ao centro da figura 66, observa-se uma estrutura de concreto, onde foi determinado que seriam localizadas as caixas d'água do mercado, ou seja, de todo o sistema de abastecimento, rememorando a estrutura original da edificação. O bloco das caixas d'água é sustentado por treliças planas e pilares de aço, de forma independente da estrutura original (figura 66). Dessa forma, a carga de toda a estrutura é distribuída a parte da edificação, não interferindo na construção e possibilitando a remoção da mesma.

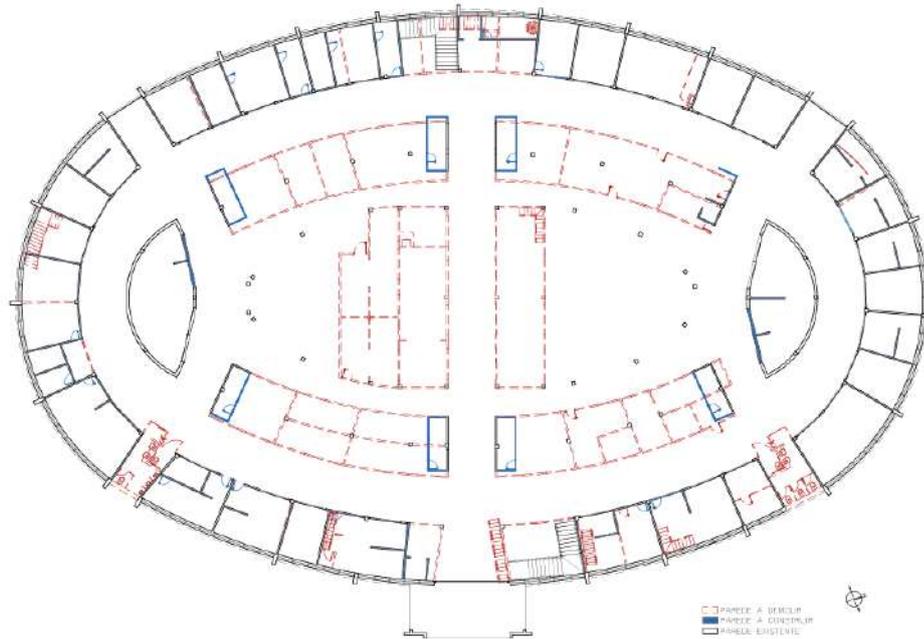
Figura 66 – Vista interna do mercado e estrutura da cobertura



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Internamente, visando a integração dos espaços e melhor distribuição das áreas, todas as estruturas centrais foram demolidas, como pode ser visto na figura 67.

Figura 67 – Planta demolição/construção sem escala – Térreo



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As estruturas removidas não incorporavam valor ao mercado, uma vez que os corredores derivados da presença dos boxes centrais atualmente geram áreas inóspitas, escuras e inviabilizam a circulação direta do ar, já que são obstáculos para a ventilação proveniente das aberturas das entradas (figura 68).

Figura 68 – Corredor interno



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Além disso, as outras lojas de pé direito duplo, localizadas na área central, que delimitam as duas praças de alimentação também foram removidas de modo a ampliar todo o espaço e criar uma praça de alimentação única e integrada. De acordo com o levantamento, essas volumetrias são independentes da estrutura geral do mercado, já que os pilares não compõem a estrutura dos boxes e os pilares das lojas centrais, uma vez que sustentaram a cobertura do mercado, atualmente sustentam apenas seus esforços internos, conforme a figura 69.

Figura 69 – Corredor interno e destaque para as aberturas dos boxes centrais.



Fonte: Acervo próprio da autora (2021).

Dessa forma, com a modificação, obteve-se um espaço amplo, iluminado naturalmente, com poucos obstáculos visuais, que permite incorporar os pequenos espaços de permanência em uma única área (Figura 70). A estrutura metálica¹ para sustentação da caixa d'água, bem como a estrutura em treliça espacial, permite um ambiente com menos poluição visual e aspecto moderno, transmitindo ao mercado um aspecto contemporâneo à edificação modernista (figura 70 e 71).

¹ As imagens das Figuras 70 e 74 apresentam equívoco na representação do sistema estrutural que sustenta a caixa d'água. A ligação do pilar central deveria se conectar a um dos nós da treliça, conforme desenvolvimento técnico-construtivo do sistema de treliças e pilares.

Figura 70 – Praça de alimentação



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Figura 71 – Perspectiva da praça de alimentação e estandes



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

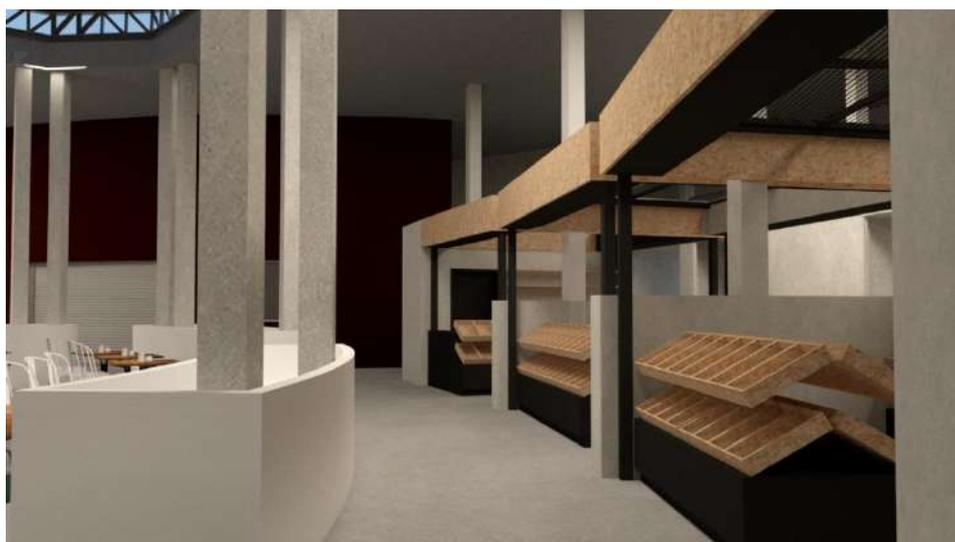
De forma a manter parte da volumetria ocupada pelos boxes internos, foi elaborada a concepção de novos estandes, formando as mesmas dimensões que os boxes. No entanto, os novos expositores foram projetados em estrutura metálica e madeira, com vedação em portas rolantes, de maneira que, durante o funcionamento, as vedações móveis fiquem abertas, permitindo a passagem de ventilação e iluminação, bem como a exposição ampla dos produtos e serviços comercializados, como podemos perceber nas figuras 72 e 73.

Figura 72 – Perspectiva dos estandes em funcionamento. Proposta de ocupação de uma lanchonete



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Figura 73 – Perspectiva dos estandes em funcionamento. Proposta de ocupação de um hortifruti.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nos estandes do lado leste do Mercado Central, propôs-se a ocupação por pequenas infraestruturas do setor de alimentação, como lanchonetes e bistrôs. Nessa configuração, os estandes seriam construídos com altura de bancada alta em todas as suas extremidades e a porta rolante vedaria até essa altura. Nos estandes do lado oeste, em contrapartida, configuram espaços mais amplos e permeáveis, ocupando a área com expositores e balcões de venda desconectados da estrutura. Dessa forma, quando fechados, os estandes possuem sua vedação até o chão, ou seja, as portas rolantes vedam as lojas em sua totalidade. Como vedação superior,

utilizou-se telas de aço entrelaçadas para a sustentação de luminárias, fechamento e até mesmo a permeabilidade da visão de quem ocupa o mezanino.

Diferentemente da ocupação atual, a proposta para o mezanino das lojas é a ocupação em um pavimento único, não como sobreloja ou pé direito duplo (figura 74). Para isso foram utilizadas as áreas acima das lojas existentes para a inserção de novos restaurantes, uma sala de funcionários, instalações sanitárias e um DML, como pode ser visto na figura 75.

Figura 74 – Vista do mezanino e praça de alimentação



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Figura 75– Proposta de ocupação do mezanino



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Sendo assim, os espaços que eram subutilizados ou inadequados para a ocupação foram totalmente transformados com a nova proposta. Todos os ambientes possuem as medidas adequadas ou mínimas para a acessibilidade de portadores de necessidades especiais, bem como a configuração de segurança em caso de incêndios nos estabelecimentos. Então, para a acessibilidade universal, o projeto contempla duas plataformas elevatórias, escadas, banheiros PNE nos dois pavimentos, e ainda a inclusão de um fraldário e um banheiro infantil no térreo, de usos exclusivos e separados dos banheiros convencionais para a segurança das crianças e seus pais.

Por fim, intenciona-se que o mercado possa ser um grande espaço para expografia de sua história, utilizando a antiga sala administrativa no mezanino como sala expositora. Também seria possível utilizar toda a estrutura metálica da cobertura para exposição de fotos e recordações dos anos de existência do mercado e dos que o precederam. Contudo, para isso, seria necessária uma curadoria especializada para devidas exposições.

Desse modo, o projeto para a revitalização do Mercado Central de Divinópolis seria capaz de valorizar os seus aspectos simbólicos e a sua reafirmação como patrimônio da cidade, uma vez que se tornaria um espaço mais agradável para as trocas tanto comerciais quanto sociais, que são próprias desse tipo de organização. O mercado atrairia diferentes públicos e assim novamente se reestabeleceria como um espaço de vivência.

6.3 Diretrizes para o entorno

Como abordado anteriormente, os mercados municipais não se configuram como objetos únicos no espaço urbano, e sim são parte de uma composição maior que pode englobar não apenas o seu entorno imediato como até mesmo o bairro em que estão inseridos. Dessa forma, durante a elaboração deste trabalho, percebeu-se a necessidade de ampliar o foco do objeto de estudo, que inicialmente estava concentrado no Mercado Central de Divinópolis, para analisar também o seu entorno.

O histórico da edificação demonstra que as relações do objeto com o espaço em que está inserido são anteriores a própria inauguração do mercado, uma vez que ele se insere em um antigo espaço público onde ocorriam celebrações, festejos e encontros casuais em uma cidade em ascensão em Minas Gerais. Com o passar dos anos e o desenvolvimento de Divinópolis, os espaços públicos foram sendo transformados tanto fisicamente quanto socialmente, como é o caso do Mercado Central.

Conforme apresentado em diagnóstico no capítulo 3, Divinópolis é uma cidade carente de espaços públicos que possuem segurança, infraestrutura e organização para devido uso da população. Desse modo, ao aliar o projeto de revitalização do Mercado Central com a transformação do seu entorno, tanto o potencial do mercado quanto um novo espaço de socialização seriam benéficos à cidade. Contudo, para a apresentação de uma proposta de revitalização para a Praça do Mercado, são necessários um estudo mais aprofundado sobre esse tipo de projeto, sobre espaços públicos externos, bem como a análise comportamental e paisagística, processos esses que demandam uma extensa organização e tempo, além do que já foi preparado para esse Trabalho Final de Graduação.

Sendo assim, serão apresentadas diretrizes de projeto para a Praça do Mercado, características básicas para a revitalização de todo o espaço. As diretrizes podem ser divididas em dois grandes grupos: diretrizes relacionadas aos fluxos e as relacionadas ao paisagismo. Diante disso, as diretrizes serão abordadas mais detalhadamente a seguir.

6.3.1 Fluxos

Para a devida organização do espaço como praça pública, será necessária a reorganização das vias do entorno do mercado, principal aspecto delimitador do projeto. Também é imprescindível a delimitação das travessias, das áreas de pavimentação, de

estacionamento e também do relacionamento dos fluxos com o Mercado Central de Divinópolis. Desse modo, é indicado os devidos parâmetros para cada característica adiante:

- Vias: é necessário prever a presença de três faixas de fluxo para automóveis, sendo elas uma de desaceleração, para as garagens do entorno com leito carroçável de 3,0 m; uma faixa de fluxo livre, também com 3,0 m. Por fim, uma faixa de desaceleração para as vagas de estacionamento do entorno da praça, que varia de acordo com o tipo de estacionamento (linear, a 45°, a 60°, etc.);
- Calçadas: como está prevista a reorganização das vias, será possível executar a adaptação das calçadas de acordo com a NBR 9050. Atualmente, as calçadas possuem medidas distintas, muitas vezes inadequadas para o a circulação de pedestres e os outros usos simultâneos. Diante disso, será necessária, então, a ampliação das calçadas para o mínimo de 2,20 m, que permite a presença da faixa livre, da faixa de acesso e da faixa de serviços, onde estão localizados os mobiliários e infraestruturas urbanas;
- Travessias: por se tratar de um amplo espaço, também é necessário prever a travessia de pedestres, de modo que o fluxo é direcionado de forma adequada. Recomenda-se a travessia elevada, que permite uma maior acessibilidade, uma vez que se mantém no nível das calçadas, e maior segurança, visto que os motoristas possuem indicações para desaceleração para esse trecho;
- Estacionamento: o Mercado Central está localizado em uma área de adensamento urbano, além de ser essencialmente um espaço comercial. Desse modo, é necessário prever vagas de estacionamento em seu entorno, reservando pelo menos quatro vagas especiais. Essas vagas seriam reservadas para portadores de necessidades especiais (ao menos 2 vagas), para idosos (ao menos 1 vaga) e gestantes (ao menos 1 vaga);
- Docas: para o devido funcionamento do Mercado Central, é indispensável a determinação de uma área de doca para a edificação. Nesse espaço, ocorrerão as trocas de carga e descarga dos estabelecimentos. Sugere-se que esse espaço se localize na própria praça, em horários pré-determinados, para não afetar os fluxos dos automóveis convencionais, bem como a reserva de vagas exclusivamente para esse uso e também por possibilitar que as docas estejam localizadas próximas às entradas do mercado sem afetar visualmente a edificação.

6.3.2 Paisagismo

Além da própria estrutura da praça, também é essencial a determinação de diferentes aspectos para proporcionar um espaço agradável de uso e ocupação. Dessa maneira, para a execução do projeto é preciso indicar o tipo de vegetação, a iluminação e os mobiliários adequados para um espaço público, detalhados a seguir:

- Vegetação: para a praça, é importante delimitar a ampliação das áreas permeáveis, uma vez que atualmente o mercado possui 100% da sua área de ocupação e o entorno do mercado possui pequenos espaços permeáveis e algumas espécies arbóreas. À vista disso, é interessante ampliar a massa arbórea da praça, com espécies de baixa manutenção, decíduas, que não irão suprimir as espécies existentes. Também é essencial que as espécies vegetativas escolhidas sejam altas ou baixas, de modo a não causar o encobrimento da iluminação e a visão dos pedestres. Assim, a vegetação não causará desconforto e insegurança aos usuários. Também é necessário prever a irrigação automática das áreas verdes, o que irá facilitar a manutenção das espécies;
- Iluminação: para a iluminação da praça do mercado e de suas vias, são necessários dois tipos de iluminação, uma específica para as vias, geralmente a 30 m de altura, e uma para os pedestres, entre 4 e 6 metros de altura, dispostas na área de modo a não causar penumbra nem ofuscamento;
- Mobiliário: por se tratar de um espaço público e ao ar livre, o mobiliário urbano a ser especificado precisa ser de materiais resistentes, como concreto, metal e madeira plástica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Mercado Central de Divinópolis, por suas características históricas e espaciais, configura-se como patrimônio cultural da Arquitetura Moderna na cidade, um símbolo do desenvolvimento da cidade e também de suas relações sociais. O mercado, para além de edificação responsável por abastecimento de produtos e espaço de convívio, demonstra ser objeto de função urbana na cidade, capaz de afetar não apenas os seus usuários, como também todas as relações socioculturais.

Como abordado no desenvolvimento deste trabalho, o uso e ocupação do Mercado Central demonstra não apenas a sua importância como também a necessidade de preservação e valorização da edificação. Para tanto, a proposta de requalificação do espaço visou a adequação da infraestrutura do mercado, ao mesmo tempo em que potencializa as relações existentes, como a comercialização de produtos e os espaços de convívio.

Para embasamento da proposta de intervenção do mercado, buscou-se apresentar uma breve análise das teorias clássicas e contemporâneas do Restauro, bem como o estudo da tipologia dos mercados, como apresentado Moleiro e Nascimento (2016), que possuem similaridades independentemente do país de localização dos mesmos. Isso é possível, pois os mercados são incutidos de valores socioculturais para uma determinada comunidade, em que são estabelecidas trocas comerciais e sociais que ocorrem no mundo todo. Dessa forma, a proposta preliminar buscou compreender todo o referencial estudado, tal qual aplicar os parâmetros normativos de acessibilidade e segurança.

Além disso, também foi abordado o entorno da edificação que, a partir da metodologia de análise de De Angelis (1995), teve como resultado a caracterização de um espaço diretamente relacionado com a edificação estudada. No entanto, em razão da produção do restante do trabalho, não foi possível desenvolver profundamente a proposta do entorno do Mercado Central e, por isso, optou-se pela indicação de diretrizes projetuais para um futuro desenvolvimento acadêmico.

Com este trabalho, espera-se contribuir para o debate e conservação do patrimônio cultural de Divinópolis, como também para as discussões acerca dos mercados públicos no Brasil. Para além das análises e proposta preliminar projetual, entende-se a necessidade de estudar os bens patrimoniais e as intervenções arquitetônicas respaldadas em aspectos que transformem os espaços públicos em espaços de vivências e em patrimônio para toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

ABOUT us. **Mercado de San Miguel**. Disponível em <<https://mercadosesanmiguel.es/en/>> Acesso em 20 de maio de 2022.

AMARANTE, Odilon A.; SILVA, Fabiano J. L.; ANDRADE, Paulo E. P. Atlas eólico: Minas Gerais. Companhia Energética de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

AMPARO, Mariana B. **Preservação do patrimônio moderno: Estudo de caso da residência modernista da rua Santa Cruz**. 4º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. Rio de Janeiro. Novembro de 2020.

ANDRADE, Luciana. **Os mercados e os dilemas da Autenticidade. Uma análise do Mercado Central de Belo Horizonte**. Interseções. V.19 n.2, p. 443-462, Rio de Janeiro, 2017.

ARAÚJO, Maria S L B. **O mercado como gerador de Urbanidade: casos de estudo na cidade do Porto**. Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2021.

ARAÚJO, Antônio B. **Carta de burra**. Tradução para a língua portuguesa da Carta de Burra – ICOMOS Austrália. Dezembro, 2006.

ARRUDA, Lucia M. S.; CORGOZINHO, Batistina M. S.; FERREIRA, José H. **História e Memória do Centro-Oeste Mineiro: perspectivas 4**. Editora O Lutador, 1º ed. Belo Horizonte, 2013.

AZEVEDO, Flávia.; MARTINS, Maraísa; MOURA, Keversson.; MOURA, Mateus. **História de Divinópolis**. Cartilha Educação Patrimonial, v.I. Divinópolis, 2019.

BRANCO, Ana S M M. A complementaridade entre Mercados e Logradouros como um meio de Revitalização urbana. Dissertação no âmbito do Mestrado em Arquitetura com Especialização em Urbanismo, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2014.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Planejamento Estratégico do CAU: Exercício 2013**. CAUBR, Brasília – DF. Outubro, 2012.

CORREIA, Miguel B; LOPES, Flávio. **Carta de Veneza: sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios**. Tradução para a língua portuguesa da Carta de Veneza ICOMOS – Veneza 1964. Editora Caleidoscópio, Casal de Cambra, págs. 121-125. Sintra, 2014.

COSTA, José E. **Mercado Central de Belo Horizonte: a convivência entre iguais e diferentes**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUC-MG. Belo Horizonte, 2006.

CUNHA, Cláudia R. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil e nas experiências do IPHAN**. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

CUNHA, Claudia dos Reis; KODAIRA, Karina Terumi. **O legado moderno na cidade contemporânea: restauração e uso.** In: 8º Seminário DOCOMOMO Brasil- Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes, 2009, Rio de Janeiro. **Anais.** Rio de Janeiro: Revista Docomomo, 2009, p. 147.

DE ANGELIS D'OSSAT, Guglielmo. Sul restauro dei monumenti architetonici: concetti, operatività, didattica. Roma: Bonsignore Editore, 1995.

DOLZ, Patricia O. El nuevo mercado de San Miguel. **El País.** Madrid. 17 de novembro de 2007. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2007/11/18/madrid/1195388661_850215.html> Acesso em 20 de maio de 2022.

DRONE voando sobre Praça da Catedral e Mercado Municipal em Divinópolis – MG. Produção de Orbit Drone BR. 2018, 16 min, son., col. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KGB1yHGOh1E>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

FERREIRA, José H. **A cidade como espaço de educação patrimonial: o direito à história e à memória.** **Brazilian Journal of Development.** Curitiba, v. 6, n. 3, p. 13802-13816, mar. 2020

FERNANDES, Djair R. **Uma Visão Sobre a Análise da Matriz SWOT como Ferramenta para Elaboração da Estratégia.** UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres., Londrina, v. 13, n. 2, p. 57-68. Setembro. 2012.

FILGUEIRAS, Beatriz S C. **Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

GOMES, Pedro M F. **A revitalização dos mercados municipais e do espaço público na cidade contemporânea: três estudos de caso no contexto português.** Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2017.

CORGOZINHO, Batistina M. S. **Pelos caminhos da Maria Fumaça.** Gráfica e Editora O Lutador, Divinópolis, 2014

GUADALUPE, Diogo C. **Modelagem e análise espacial da paisagem urbana de Divinópolis – MG.** Dissertação do Programa de Pós Graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais, UFMG. Belo Horizonte, 2019.

G1 Centro-Oeste de Minas. **Bloco busca resgatar cultura do carnaval de rua em Divinópolis.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2016/01/bloco-busca-resgatar-cultura-do-carnaval-de-rua-em-divinopolis.html>>. Acesso em: 6 de dezembro de 2021.

GUIMARÃES, Pedro. **O Processo de Reabilitação dos Mercados Municipais em Lisboa à Luz da Gentrificação Comercial.** Comércio, Consumo e Governança Urbana (67-79). Ed. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2020.

G1 Centro-Oeste de Minas. **COVID-19: Comitê Municipal decide que Divinópolis fique na Onda Amarela Consciente.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/centro->

oeste/noticia/2020/09/11/covid-19-comite-municipal-decide-que-divinopolis-fica-na-onda-amarela-do-minas-consciente.ghtml>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

G1 Centro-Oeste de Minas. **Revitalização do Mercado Municipal é aprovada pelo público em Divinópolis.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2015/01/revitalizacao-do-mercado-municipal-e-aprovada-pelo-publico-em-divinopolis.html>>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

G1 Triângulo Mineiro. **Comerciantes do mercado municipal de Divinópolis pedem reforma.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/02/comerciantes-do-mercado-municipal-de-divinopolis-mg-pedem-reforma.html>>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. **Carta de Burra.** Trad. António de Borges Araújo 2006.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Mundial.** Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>>. Acesso em 27 de maio de 2022.

HANNESCH, Ozana; SILVA, Elisabete E C; GRANATO, Marcus; CARVALHO Ana Paula C. **Gestão da conservação-restauração do patrimônio cultural: algumas reflexões sobre teoria e prática.** 1º Seminário da Rede Conservação BR. Centro de Estudos da Conservação Integrada – CECI. Olinda, 2015.

LEI N° 2418. **Lei de Uso e Ocupação do Solo.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-divinopolis-mg>>. Acesso em 3 de dezembro de 2021.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO Paulo B; ALMEIRA Mauela. **Breve história da teoria da conservação e do restauro.** Revista Engenharia Civil, ed. 20. Portugal, 2004.

MELLO, Nádia C. S. **Divinópolis: uma cidade média na região metropolitana de Belo Horizonte – MG.** Tese de Pós Graduação em Geografia, PUC-MG. Belo Horizonte, 2015.

MERCADO de San Miguel: mercados tradicionales com sabor. Por Soleá. Madrid, 18 de setembro de 2018. Disponível em <<https://porsolea.com/mercado-de-san-miguel-mercados-tradicionales-con-sabor/>> Acesso em 20 de maio de 2022.

MOLEIRO, Ascensão; NASCIMENTO, Eduardo. **Plano Municipal dos Mercados de Lisboa 2016-2020.** Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, 2016.

MOREIRA, Fernando D. **Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna.** CECI Textos para Discussão – Série Gestão do Restauro, v.46. Olinda, 2010.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador M. **Teoria Contemporânea do Restauro (EBOOK).** Tradução por Flávio de Lemos Carsalade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

NETTO, Marcos M. DINIZ, Alexandre M. A. **Articulações sócio-espaciais do Mercado Central de Belo Horizonte**. In: Seminário Sobre Economia Mineira, XI, Diamantina, MG. Janeiro, 2001.

PRADO, Adélia. **Poesia Reunida**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Caracterização da proposta de operação urbana simplificada – CPOUS**. Belo Horizonte, Julho, 2015.

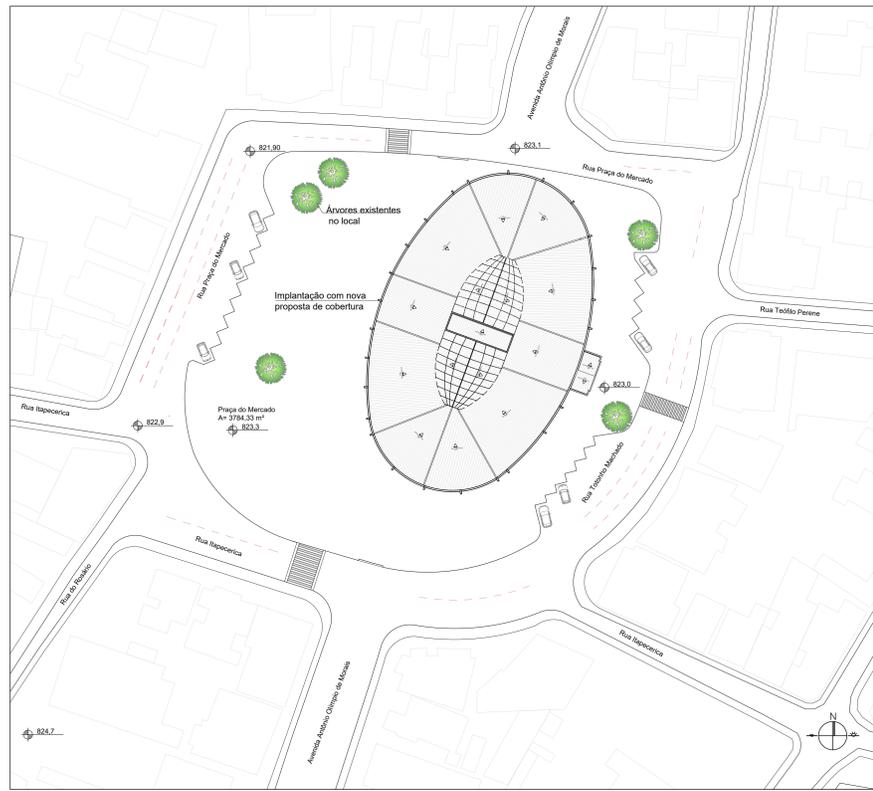
QUARTILHO, Ana T. R. Factos Urbanos: **Os Mercados na cidade do Porto**. Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011.

SILVA, Diego V. **Mercados Públicos em São Paulo: arquitetura, inserção urbana e contemporaneidade**. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Programa de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

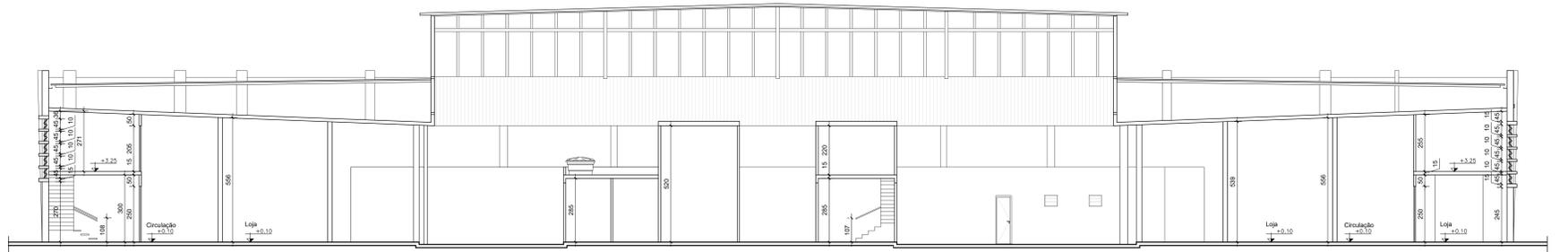
SOUZA, Luiz F. **Trajectoria**. Grupo Capela, Divinópolis, 2018. Time Out Market. Timeline – History of the Market: Lisbon. Disponível em: <https://www.timeoutmarket.com/lisboa/en/concept/>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

ZANCHETI, S. M.; AZEVÊDO, G. M.; NEVES, C. M (Org.). **A conservação do patrimônio no Brasil: teoria e prática**. Olinda: Centros de Estudos da Conservação Integrada, 2015.

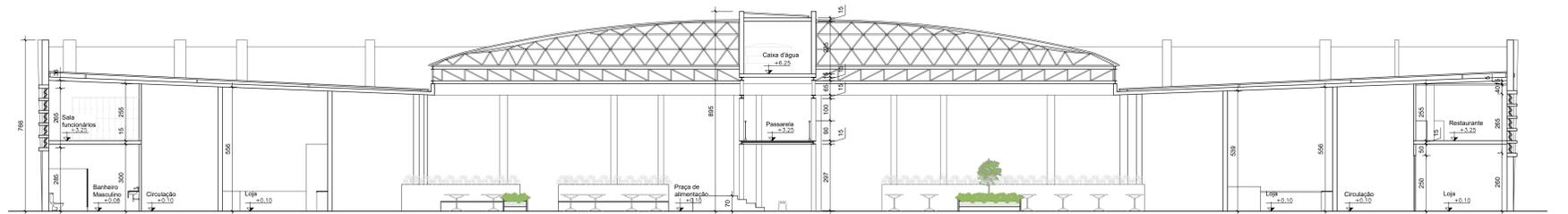
ZANCHETI, Silvio M. A teoria contemporânea da conservação e a arquitetura moderna. CECI Textos para discussão, v. 58. Olinda, 2014.



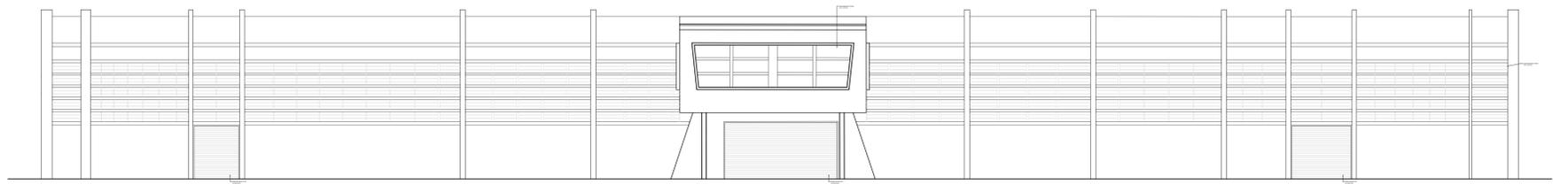
PLANTA IMPLANTAÇÃO
ESCALA 1:200



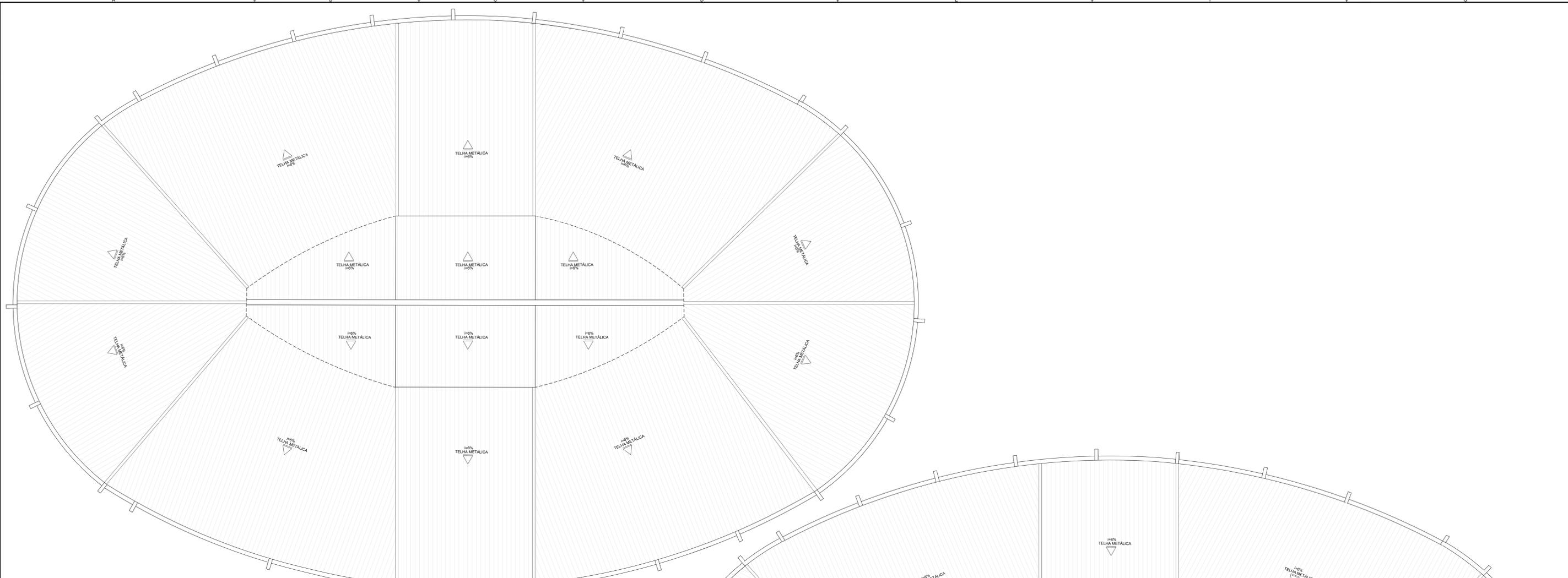
CORTE AA - LEVANTAMENTO
ESCALA 1:100



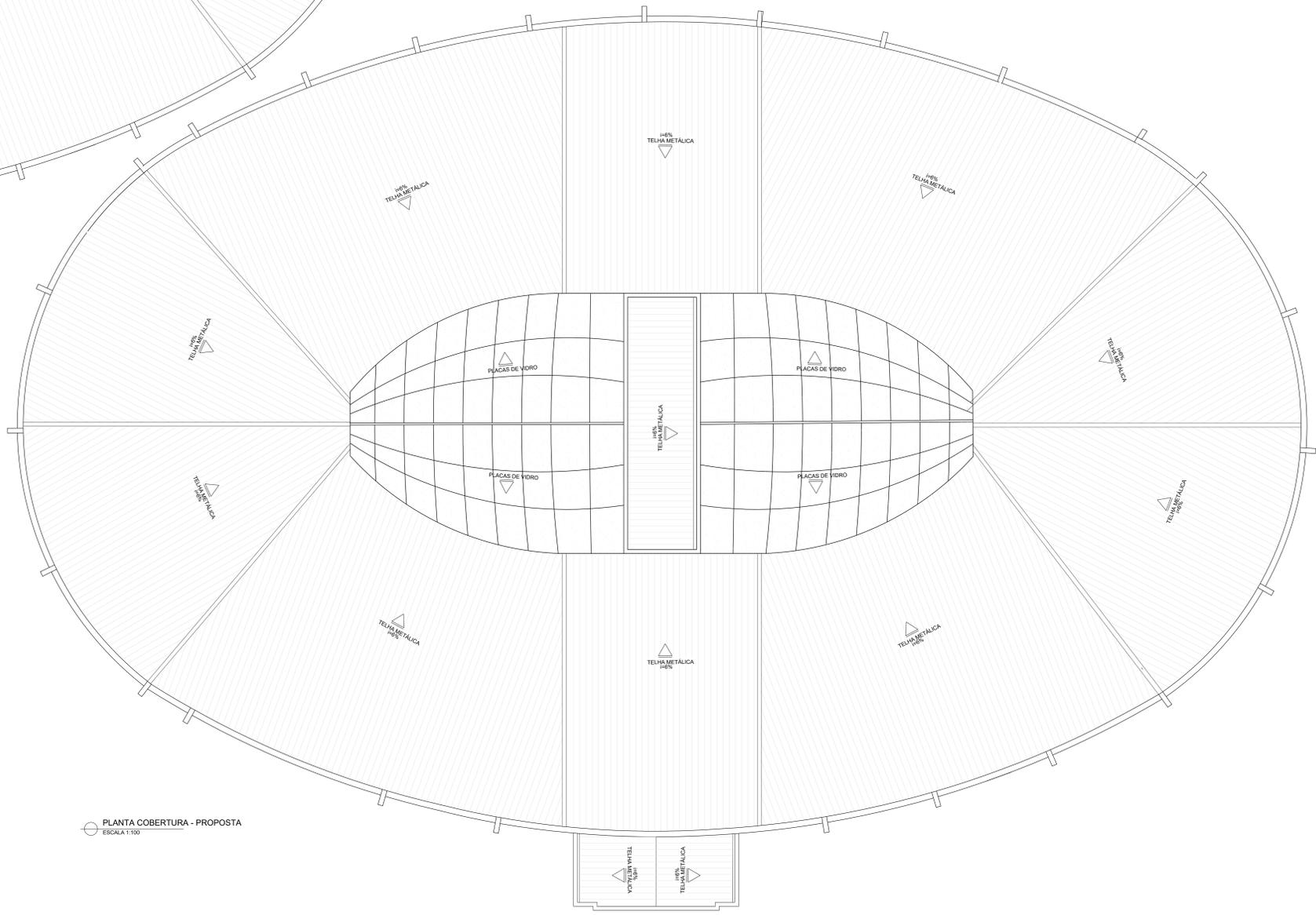
CORTE AA - PROPOSTA
ESCALA 1:100



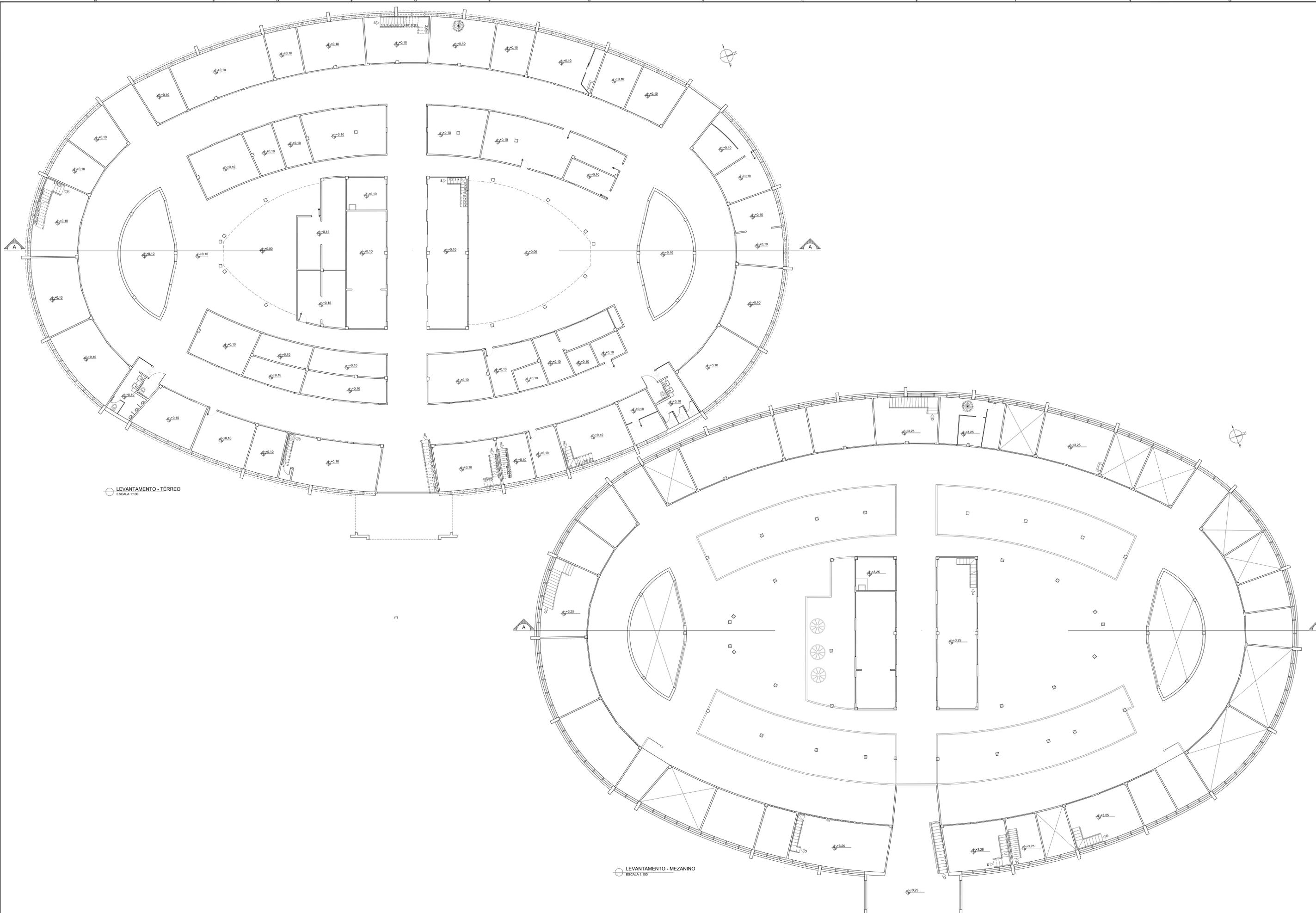
FACHADA LESTE
ESCALA 1:100



LEVANTAMENTO - COBERTURA
ESCALA 1:100

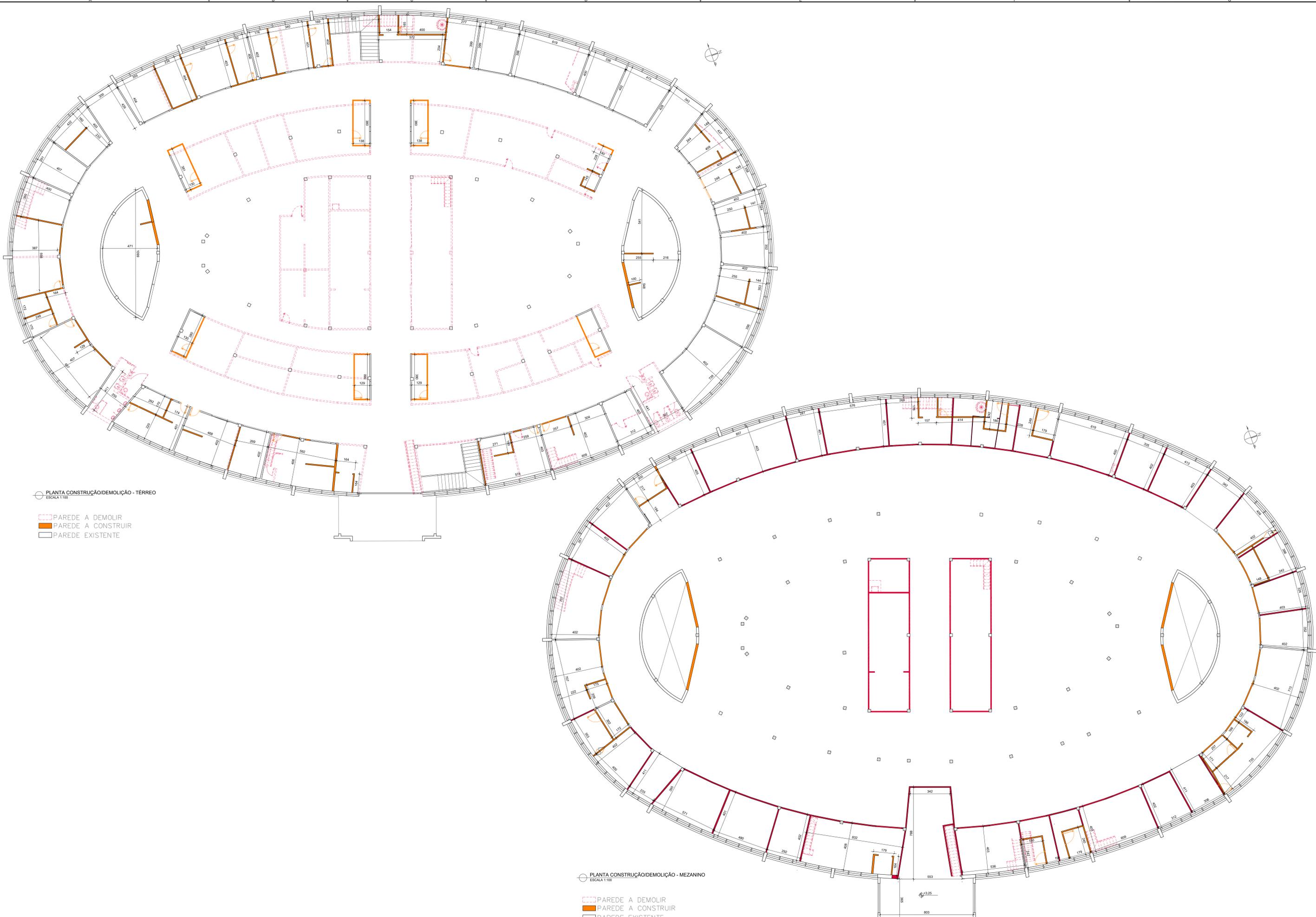


PLANTA COBERTURA - PROPOSTA
ESCALA 1:100



LEVANTAMENTO - TÉRREO
ESCALA 1:100

LEVANTAMENTO - MEZANINO
ESCALA 1:100

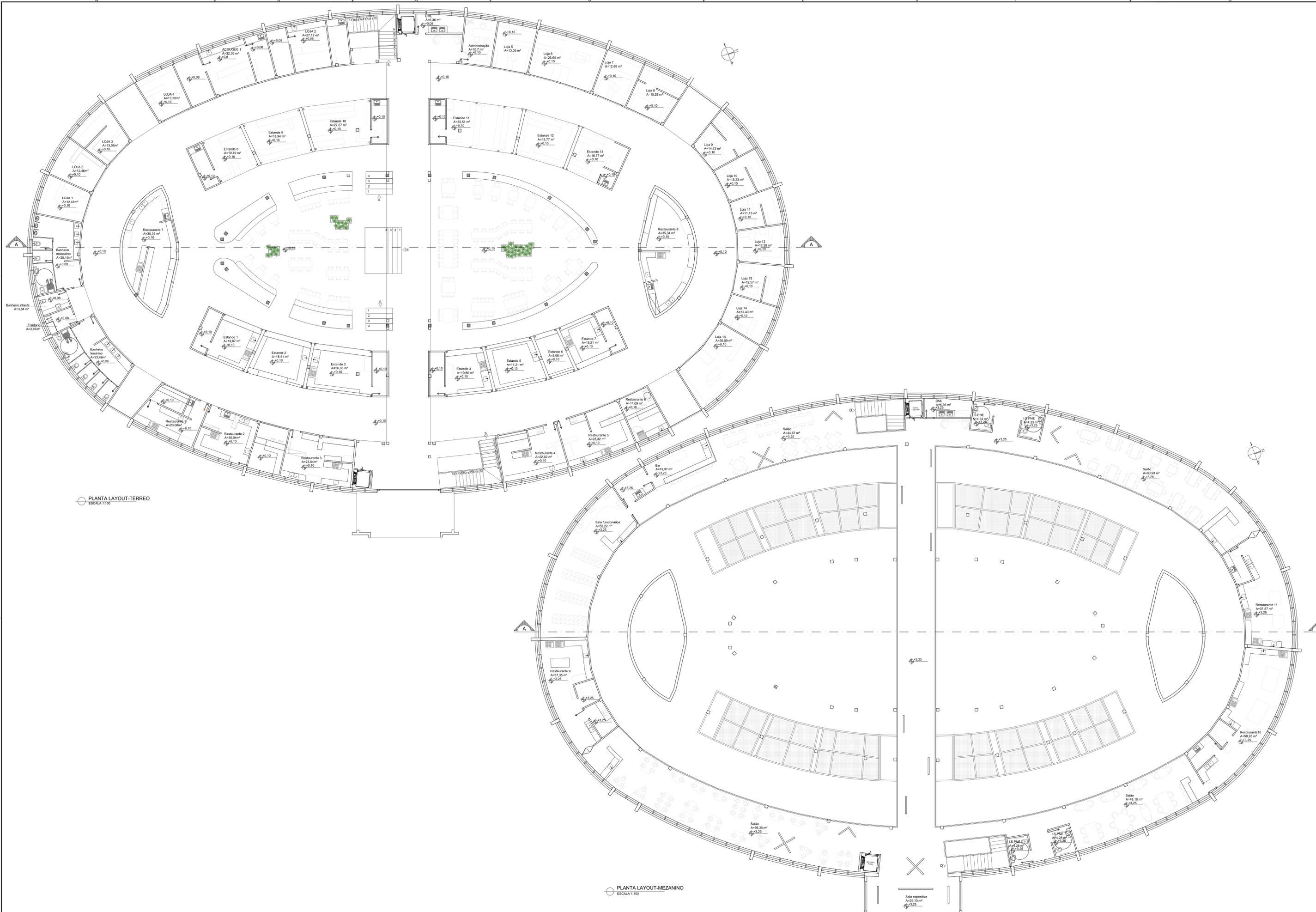


PLANTA CONSTRUÇÃO/DEMOLIÇÃO - TÉRREO
ESCALA 1:100

- PAREDE A DEMOLIR
- PAREDE A CONSTRUIR
- PAREDE EXISTENTE

PLANTA CONSTRUÇÃO/DEMOLIÇÃO - MEZANINO
ESCALA 1:100

- PAREDE A DEMOLIR
- PAREDE A CONSTRUIR
- PAREDE EXISTENTE



PLANTA LAYOUT-TÉRREO
ESCALA 1:100

PLANTA LAYOUT-MEZANINIO
ESCALA 1:100